

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**A CONQUISTA DA AUTONOMIA COMO POSSIBILIDADE DE  
EDUCAR PARA O EXERCÍCIO DA LIBERDADE**

**CURITIBA**

**2016**

**FRANCISCO SAPLAK**

**A CONQUISTA DA AUTONOMIA COMO POSSIBILIDADE DE  
EDUCAR PARA O EXERCÍCIO DA LIBERDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal do  
Paraná, junto ao Departamento de Filosofia,  
como requisito em Especialização do  
Ensino da Filosofia no Ensino Médio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Maria Isabel Limongi.

**CURITIBA**

**2016**

## Folha de Aprovação

## **Resumo**

A necessidade de compreensão do processo pedagógico educacional, passa pela necessidade de desenvolver no educando a autonomia para o exercício da liberdade, visando despertar neste a capacidade de lidar com as diversas situações do seu cotidiano. O olhar atento de Rousseau frente à problemática da educação, nos conduz a uma reflexão sobre a possibilidade de educar o indivíduo para a responsabilidade. Nesta perspectiva o presente estudo tem o objetivo de apontar algumas possíveis ideias que possam contribuir na reflexão sobre o processo educacional. Para tanto, o trabalho se baseia na revisão bibliográfica de obras de Rousseau, bem como de alguns de seus principais comentadores, estando composto de cinco capítulos: no primeiro faz-se algumas considerações acerca dos aspectos constitutivos do homem natural com o intuito de averiguar a concepção de Rousseau sobre a importância de o homem viver segundo a natureza; no segundo capítulo o estudo elenca algumas considerações gerais sobre a sociedade e a civilização, onde se verifica a possibilidade de se viver conforme a vontade geral firmada pelo pacto social; no terceiro capítulo pretende-se retratar a visão educacional de Rousseau analisando a sua proposta sistemática em torno do Emílio; no quarto capítulo ressalta-se a importância da liberdade no processo educacional; e no quinto capítulo aborda-se a autonomia como possibilidade de educar para a liberdade, oferecendo uma proposta de aplicação das ideias de Rousseau em sala de aula. Assim, o texto proposto se pauta na ideia de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, mostrando, conforme o autor, a maneira de proceder para que o processo de formação seja eficaz e que realmente possa formar o homem em todos os seus aspectos, tornando-o apto para a vida em sociedade e responsável pela sua própria vida e seu destino. O respeito pela natureza humana e uma educação fundamentada na liberdade, pensamos ser o caminho para que, de fato, aconteça a transformação do homem e da sociedade.

**Palavras-chave:** Educação, Autonomia, Liberdade, Formação, Cidadão.

## **Abstract:**

**Keywords:** Education, Autonomy, Freedom, Formation, Citizen.

The necessity of the educational pedagogic comprehension, goes through the necessity of develop in the student the autonomy for his exercise of freedom, with the intention of wake his capacity of dealing with variety situations on his daily routine. Rousseau clever perception in face of educational problems, leads to a reflection about the possibility of educate the individual to responsibility. In this perspective the present article has the objective of pointing some possible ideas that could contribute in the reflection of educational process. In order to this the study is based on the bibliographic review of Rosseau, and some of his main commentators. The study is composed by five chapters: at the first moment some considerations about the constitutive natural man are made, with the purpose of ascertain Rousseau's conception about the importance of man living according to nature; the second chapter lists some general considerations about society and civilization, where is verified the possibility of living according the general will signed by the social pact; the third chapter intends to portray the Rosseau's educational view and analyzing his systemic proposal around Emílio; the fourth chapter highlights the importance of freedom in the educational process; The final chapter approach the autonomy as a possibility to educate for freedom, offering Rousseau's ideas proposal to be applied in classroom. Thus, the text has the proposal to relates to the idea of forming conscious citizens about their role in society, revealing, according to the author, how to proceed in order to reach a effective forming process, and this could truly form the man in all his aspects, making him able to live in society and be responsible for his own life and destiny. The respect for human nature and a grounded education on freedom, might be the way for the transformation of man in society.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ASPECTOS CONSTITUTIVOS DO HOMEM NATURAL .....</b>	<b>08</b>
1.1 O HOMEM EM SEU ESTADO NATURAL .....	09
1.2 A PASSAGEM DO HOMEM NATURAL AO HOMEM SOCIAL .....	12
1.3 O AMOR PRÓPRIO NO ESTADO SOCIAL .....	13
1.4 O ESTADO DE GUERRA .....	15
1.5 O PROCESSO DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS .....	16
1.6 A DESIGUALDADE FÍSICA E MORAL .....	18
<b>2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A SOCIEDADE E A CIVILIZAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM SOCIAL .....	22
2.2 A MORAL E OS BONS COSTUMES .....	24
2.3 O PACTO SOCIAL .....	30
2.4 A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO.....	32
2.5 ARGUMENTAÇÕES NEGATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SOCIAL .....	40
<b>3 A EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU .....</b>	<b>42</b>
3.1 ROUSSEAU E O SISTEMA EDUCACIONAL .....	42
3.2 EMÍLIO E OS ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.....	44
<b>4 A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE PARA A EDUCAÇÃO SEGUNDO ROUSSEAU .....</b>	<b>49</b>
4.1 O PACTO SOCIAL COMO POSSIBILIDADE DE RESTABELECE A LIBERDADE ...	50
4.2 A LIBERDADE COMO VALOR SUPREMO.....	52
4.4 EDUCAÇÃO: PARA A LIBERDADE OU APRISIONAMENTO SOCIAL? .....	56
<b>5 A AUTONOMIA COMO POSSIBILIDADE DE EDUCAR PARA A LIBERDADE ...</b>	<b>57</b>
5.1 AUTONOMIA E LIBERDADE.....	57
5.2 A AUTONOMIA COMO REQUISITO PARA A VIVÊNCIA DA LIBERDADE .....	59
5.3 A EDUCAÇÃO COMO POSSÍVEL FORMA DE ALCANÇAR A AUTONOMIA .....	60
5.3 A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DAS IDEIAS DE ROUSSEAU EM SALA DE AULA ..	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

Em tempos atuais vivemos num mundo cheio de conflitos e inquietudes, emergindo assim vários questionamentos em torno da palavra educação. Salientando que em todo indivíduo há ciência de que a educação faz parte integrante do processo cotidiano, como elemento fundamental na formação de cidadãos cultos, bem preparados à vida profissional e aos enfrentamentos da realidade social, bem como, na constituição e utopia de uma sociedade mais justa e menos desigual “moldando” a todos, também como sujeitos possuidores de cultura e interventores no mundo.

Para que essa transformação se torne fato, Rousseau propõe estudar a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade, pois se alguém desejar tratar separadamente a política e a moral não entenderá jamais nenhum dos dois. Em seus escritos o autor não deixou somente a imagem de uma época, mas, sobretudo a ideia de um futuro que ele acreditava. Assim, a proposta pedagógica do filósofo, expressa principalmente na obra o Emílio, na qual o autor imaginou seu aluno ideal e onde em cinco livros esboça um projeto educacional que proporcione uma formação integral ao homem.

Os quatro primeiros livros seguem as diferentes fases da vida do educando: bebê, criança, adolescente e adulto, e no quinto livro trata particularmente da sua esposa. Rousseau se aplicou aos problemas gerais e universais da educação e dentre eles se ateu aos problemas principais, escolhendo aquele que é independente de quaisquer diferenças, a humanidade de que todos participam. Por isso, como veremos no decorrer deste estudo, a educação interessa para ele enquanto parte de algo mais abrangente. Assim Emílio, além de ser um tratado sobre educação é também um estudo filosófico sobre o homem e a sociedade. E por ter considerado a educação do homem por seus aspectos mais universais, a sua obra permanece atual.

Também é importante ter presente, que devido à profundidade e a extensão da análise de Rousseau a respeito do homem e tudo o que se refere a este, muitas pesquisas podem ser feitas dentro da obra do pensador, especialmente na obra o Emílio. Tendo consciência da extensão e profundidade do seu pensamento, com

este estudo pretendemos visitar a sua obra com objetivo de perceber como o pensador delinea os caminhos da educação para uma verdadeira formação da autonomia do homem e do cidadão, contudo cientes dos limites do nosso estudo.

O conceito de natureza é fundamental para entender a obra de Rousseau, bem como sua abordagem educacional, pois formar o homem livre é respeitar aquilo que é mais natural no ser humano. Por isso, formar o homem e o cidadão significa, antes de tudo, encará-lo como devendo tornar-se sujeito e dono do seu próprio destino, é esperar que cada homem, em princípio, seja capaz de pensar por conta própria, guiado não por forças externas a ele, mas pela sua capacidade racional.

Rousseau considerava que para que isso acontecesse era necessário que a educação considerasse o homem tal como ele é, mas que ao mesmo tempo fosse voltada para uma ética e uma política, para uma concepção do homem ideal e da sociedade na qual ele deve integrar-se. Para o pensador, isso acontecerá na medida em que a educação ou o processo de formação respeitar a liberdade e os ditames da natureza do educando como ele escreve em várias passagens do Emílio.

Assim, neste trabalho, com o intuito de melhor entender a obra de Rousseau, especialmente sua proposta de formação, além de nos voltarmos para a obra o Emílio, também foi imprescindível a consulta a outros livros de Rousseau para conseguir alcançar o objetivo proposto, bem como do referencial de comentadores.

Este estudo se propõe analisar o estado de natureza, pois este é um dos temas centrais para entender a proposta formativa de Rousseau; fazer uma análise da relação entre natureza e civilização; definir a concepção de educação em Rousseau; verificar a importância que ele atribui à liberdade neste processo; apresentar a autonomia como uma possibilidade de educar para a liberdade e; apresentar uma proposta de implantação do estudo da filosofia de Rousseau em sala de aula.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a de revisão bibliográfica, no intuito de compreender a linguagem e o método empregado pelo autor, para descrever o processo de formação do personagem Emílio, desde o nascimento até o momento em que este se torna cidadão apto para participar politicamente da sociedade. Neste contexto, a partir de suas teses educacionais, Rousseau pretende o reencontro do

ser humano com suas origens, valorizando a ideia de natureza, da qual desenvolve sua pedagogia educacional.

A justificativa para este estudo se mostra em despertar a atenção à maneira com que Rousseau trabalha a questão pedagógica, e, que seus pressupostos básicos em relação à educação são a crença na bondade natural dos homens e a atribuição à civilização da responsabilidade pela origem do mal. Consequentemente, os objetivos da educação para Rousseau, comportam dois aspectos: o desenvolvimento das potencialidades naturais da criança e seu afastamento dos males sociais.



## **1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ASPECTOS CONSTITUTIVOS DO HOMEM NATURAL**

Já no início do segundo Discurso, Rousseau (1997, p. 241). diz:

É do homem que devo falar e a questão que examino me diz que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se tem medo de honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança, a causa da humanidade perante os sábios que me convidam a fazê-lo e não ficarei descontente comigo mesmo se me tornar digno de meus assuntos e de meus juízes.

Deste modo Rousseau delineia suas reflexões, volta o seu olhar para as questões do ser humano: perda da igualdade e da liberdade, a corrupção dos costumes e o nascimento dos vícios, entre outras. Destarte, ele parece colocar o homem diante de si mesmo, confrontando-o com a sua própria realidade fazendo-se entender que o homem, devido a algumas circunstâncias naturais é o responsável pela desigualdade, uma vez que se trata de um ser racional e livre.

No início do Segundo Discurso, Rousseau (1997, p. 243) expressa: "Oh! homem, de qualquer região que sejas, quaisquer que sejam tuas opiniões, ouve-me; eis tua história como acreditei tê-la lido não nos livros de teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza que jamais mente".

Rousseau submete-se a sustentar algumas ideias sobre a natureza da humanidade em presença dos intelectuais de seu tempo. Esse convite se dá através da interrogação que os intelectuais lançaram, com o intuito de saber se as diferenças sociais eram permitidas pela lei da natureza.

Diante disso Rousseau tem como meio para responder à questão a própria natureza, uma vez que encontra nela sinais para suas respostas e para suas reflexões. Ele entende que a natureza oferece-nos toda a realidade das coisas, é ela que oferta ao homem o que tem de melhor e de mais grandioso.

Na concepção de Rousseau, no estado de natureza o homem tem a facilidade de satisfazer suas necessidades vitais. Rousseau sustenta essa concepção a partir de dois motivos: de um lado a opulência da natureza, que concede ao homem todas as coisas que este necessita e de outro lado este mesmo homem possui poucas necessidades, o que lhe assegura uma vida harmoniosa no estado primitivo.

## 1.1 O HOMEM EM SEU ESTADO NATURAL

A história da humanidade e da própria filosofia revela que muitos filósofos trataram do estado de natureza, mas Rousseau procura dar uma característica própria ao homem em tal estado através de um movimento que vai do real ao imaginário. O próprio autor constata que aqueles que tinham estudado o estado de natureza partiam sempre do homem em sociedade e usavam palavras inerentes ao homem social para falar do homem primitivo. Fortes (1989, p. 44), comentando a respeito dessa crítica, diz: “Quase todos, diz Rousseau, falando sem cessar em carecimento, avidez, opressão, desejos e orgulho, transportam para o estado de natureza ideias que tiraram da sociedade e, falando do homem em sociedade, estavam pintando o homem civil”.

Para Rousseau (1997, p. 244), o estado de natureza abrange um período em que o homem é naturalmente bom, como constata-se em suas palavras “a terra abandonada a uma fertilidade natural e coberta por florestas imensas, que o machado jamais mutilou, oferece a cada passo, provisões e abrigos aos animais de qualquer espécie”.

O homem primitivo é bom porque, como podemos ver em Starobinski (1991), não é bastante ativo para fazer o mal. Isso porque num horizonte limitado do estado de natureza, o homem tem uma vida de equilíbrio e de harmonia que não o opõe ainda ao mundo e nem a ele próprio, ou seja, ele ainda não conhece as duas forças que mais tarde serão a causa da dissolução desta harmonia primeira do homem; ainda não conhece o trabalho que o oporá à natureza e nem a reflexão que o oporá a ele mesmo e aos seus semelhantes. Essa realidade é expressa por Rousseau (1997, p. 66) nesta passagem do segundo Discurso:

Seus desejos não ultrapassam de modo nenhum suas necessidades físicas. Sua imaginação não lhe pinta nada; seu coração não lhe pede nada. Suas módicas necessidades se acham tão facilmente sob sua mão, e ele está tão longe do grau de conhecimento preciso para desejar adquirir outras maiores que não pode ter previdência, nem curiosidade. Sua alma, que nada agita, entrega-se apenas ao sentimento de sua existência atual.

Assim, o estado de natureza é delineado por Rousseau como um momento em que os homens, como seres primitivos, viviam vagando pela terra, em número muito reduzido, com pouca ou nenhuma necessidade de relacionamento entre si. Para Rousseau havia uma incomunicabilidade relacional entre eles. De acordo com Fortes (1989, p. 54) "Ele (o homem) vivia em estado de isolamento e sem ter necessidade de recorrer a qualquer esforço para arrancar de uma natureza pródiga os frutos necessários à sua sobrevivência".

Por isso, o homem, vivendo de certo modo uma suficiência perfeita, não tinha necessidade de transformar o mundo para satisfazer suas necessidades. Aliás, estas aparecerão com o surgimento da sociedade organizada, a qual marcará também a dissolução do homem primitivo, afastando-o do contato com a natureza. No estado primeiro ou natural, o homem vivia na esfera do imediato, o que equivale a dizer que vivia no instante presente sem preocupar-se com o passado e/ou com o futuro.

No estado de natureza, o homem encontrava-se em contato com ela e esta representava para ele sua fonte de vida. O homem natural estava livre dos males e da doença porque estas são resultado de uma vida sem esforços no estado de sociedade, o que o conduz ao encontro com os males. No estado de natureza, o homem tinha apenas que lidar com dois problemas: "feridas e velhice". Assim, segundo Rousseau (1997, p. 247) "fica-se bastante inclinado a crer que com facilidade se faria a história das doenças humanas segundo as das sociedades civis".

Rousseau (1997, p. 246-247) atesta que o alimento natural proporciona ao homem uma vida saudável. Entretanto, os homens se encontram afogados em males que seriam evitados mediante sua permanência na mais perfeita naturalidade de vida. Por isso, ele afirma:

A extrema desigualdade na maneira de viver; o excesso de ociosidade de uns; o excesso de trabalho de outros; a facilidade de irritar e satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade; os alimentos muito rebuscados dos ricos, que os nutrem com sucos abrasadores e que determinam tantas indigestões, a má alimentação dos pobres, que frequentemente lhes falta (...), são, todos, indícios

funestos de que a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza.

Outra característica a ser destacada é que neste estado inicial, imaginado por Rousseau, o homem vivia tal como veio ao mundo e não era munido de armas. As suas relações com os outros se restringiam ao necessário para a sua existência, não tinha nenhum vínculo com os outros homens, bem como nenhuma comunicação. Eles confundiam-se com a própria natureza, tal como o filósofo destaca na seguinte passagem de Starobinski (1991, p. 68) “no estado natural domina o silêncio da origem, no qual não há nada a dizer, onde a natureza é a única existência-linguagem silenciosa dos gestos, onde a própria voz é muda, pois não representa a natureza, mas identifica-se com ela”. Porque tudo dela ele recebia, como no paraíso, somente usufruíam daquilo que a natureza lhes proporcionava, isto é, dos frutos naturais.

Ao estudar o estado de natureza, pode-se notar que Rousseau o caracteriza como a fase de absoluta ausência de qualquer vestígio de cultura e de vida desregrada, momento em que o homem é compreendido como um ser íntegro e despreocupado com a questão de sua origem e do seu fim. Vive segundo aquilo que a natureza estabelece e, de acordo com o entendimento de Rousseau, apenas dois aspectos faziam o homem temer: a dor e a fome. Mas estes são muito raros, porque os homens eram munidos de coragem e suportavam a dor. Quanto à natureza, devido à sua abundância de alimentos, saciava a fome dos seres em geral.

Todo o conforto que os homens possuíam era proveniente da natureza; não tinham consciência de sua existência; não pensavam no seu ser; viviam uma fase em que o conhecimento era limitado apenas às sensações e, por isso, não distinguiam o perceber do sentir; não eram capazes de observar nem de contemplar a natureza. Tudo isto pode ser visto neste fragmento de Rousseau (1997, p. 251):

O espetáculo da natureza, por muito familiar, torna-se-lhe indiferente; e é sempre a mesma ordem, são sempre as mesmas revoluções;

não possui espírito para espantar-se com as maiores maravilhas e não é nelas que se deve procurar a filosofia de que tem necessidade para saber observar por uma vez o que se viu.

O homem, nesse estado, como mencionado acima, levava uma vida de total harmonia com a natureza e por esta razão nada influía nem acrescentava nada a ela, apenas dela recebia sem em nada transformá-la ou modificá-la. As transformações da natureza aconteciam com o advento da vida em sociedade e com todas as necessidades criadas pela vida social.

## 1.2 A PASSAGEM DO HOMEM NATURAL AO HOMEM SOCIAL

Conforme as ideias filosóficas, pedagógicas e educacionais de Rousseau sobre o homem no estado natural e o homem social, levam a concluir que o homem é fruto de sua ação, tudo o que faz no seu cotidiano é determinado pelo que ele é.

Por meio de uma visão dicotômica, Rousseau propõe mudanças no caráter social do homem e essa evolução corrobora para fazê-lo comprometido com a sociedade. Por meio de abordagens sobre o homem em seu estado social, Rousseau mostra que neste estado o ser não tem tanta importância como o parecer, o homem prefere um discurso que contraria a sua bondade natural agindo de forma diferente, condições essas que impedem a manifestação de bondade e honestidade. Por isso, Rousseau (1995, p. 67) afirma:

A sociedade fez o homem mais fraco, não somente lhe tirando o direito que tinha sobre suas próprias forças, como também as tornando insuficientes. Eis porque seus desejos se multiplicam com sua fraqueza e eis o que faz a fraqueza da infância, comparada com a idade do homem.

Rousseau faz uma dura crítica a essas mudanças acontecidas no comportamento do homem. No entanto, coloca-se esperançoso que esse ser educado para ser um homem bom, justo e honesto se realize na condição de homem para o qual está determinado. Diz ele (1995, p. 63) “o homem é muito forte quando se contenta com ser o que é; é muito fraco quando quer erguer-se acima da humanidade”.

Entende Rousseau que nesta sociedade, os membros idealizaram o surgimento da propriedade privada e que faz parte do cotidiano do homem

contemporâneo. Neste convívio, o homem faz com que aumente ainda mais a desigualdade devido à união em que o homem se propôs a fazer, fato esse que o aglomerado de homens na cidade ao unir-se, cria uma nação forte, justa e igualitária. Sobre isso, discorre Rousseau (1995, p. 65) afirmando que:

Naturalmente o homem só se preocupa com conservá-la na medida em que os meios estão em seu poder; logo que tais meios lhe escapam ele se tranquiliza e morre sem atormentar inutilmente. A primeira lei da resignação vem da natureza.

No que tange ao homem procurar a satisfação de seus anseios na vida em sociedade, Rousseau (1995) considera um grande mal e uma decadência moral, quando o homem busca satisfazer suas necessidades artificiais inventadas para a manutenção da vida humana, pois em tese a vivência em sociedade põe o ser humano diante de grandes obstáculos.

Por tal motivo, essa satisfação e manutenção da vida somente realizam-se a partir do homem se relacionando com seu semelhante e relacionando suas habilidades adquiridas com o desenvolvimento, e assim, o seu trabalho reúne condições para obtenção de suas necessidades. Rousseau (1995, p. 65) acredita “que o homem tem um vivo amor por sua conservação e isso é verdade; mas não se vê que esse amor, tal qual o sentimos, é em grande parte obra dos homens”.

E é essa a condição, que o homem faz de tudo que contraria sua natureza perfeita para realizar essa vã necessidade, ou seja, o homem passa a preocupar-se somente com o seu próprio bem. O filósofo usa esse acontecimento para descrever o amor próprio. De acordo com Reale (1990, p. 760) “Rousseau amava e odiava os homens. Mesmo os odiando, ele sentia que os amava. Ele os odiava por aquilo que se haviam tornado, mas os amava por aquilo que são em profundidade”.

Portanto, o amor de si, termo ao qual Rousseau compara ao que é saudável, porque é inato e natural ao homem, revela por natureza esse amor bom e saudável o qual sendo bem inserido instrui o homem a agir na comunidade na qual se insere.

### 1.3 O AMOR PRÓPRIO NO ESTADO SOCIAL

O amor próprio está presente no estado de sociedade, o qual na concepção rousseauiana, difere totalmente do amor de si mesmo, ou pelo menos o homem

primitivo, enquanto vivendo no estado de amor de si mesmo, apresenta sentimento de piedade, ao passo que o homem no estado de sociedade manifesta certa indiferença em relação ao seu semelhante. Para Rousseau este amor próprio é a fonte de corrupção, dos sofrimentos pessoais e da maldade na sociedade, o qual de acordo com Dent (1996, p. 40):

Origina-se de qualquer espécie de relação ou associação estável com o outro, isto suscita nele um desejo, que rapidamente se torna dominante e absorvente, de estabelecer-se superior ao outro, de adquirir um poder arbitrário e despótico, de impor submissão e ignomínia ao outro, em cuja degradação encontra prova de sua própria importância de valor [...] Que o homem é bom por natureza, mas corrompido pela sociedade, o que ele tem em mente é o fato de que o contato social põe em relevo o amor próprio e reforça e amplia a sua influência.

Desse modo, o amor próprio se converte em empecilho à vida em sociedade, uma vez que leva o homem a tomar consciência do *eu* e do *meu*.

Segundo Rousseau, no estado de sociedade algumas pessoas vão precisar de alimentos para produzir ferramentas e outras precisarão de ferramentas para produzir alimentos. Nasce, dessa maneira, os diferentes tipos de trabalho. Ao falar disso Rousseau (1991, p. 272) afirma “nasceram assim, de um lado, a lavoura e a agricultura e, de outro, a arte de preparar os metais e de multiplicar-se o emprego”.

O desenvolvimento psíquico do homem alcança o seu auge no novo estado em que se encontra, tudo está modificado no que diz respeito à ação do homem e o seu estado psíquico tende ao desenvolvimento de suas capacidades, as quais resultam da nova ótica que o ser humano adquire no estado de sociedade. Diz Rousseau (1991, p. 273) “Eis, pois, todas as nossas faculdades desenvolvidas, a memória e a imaginação em ação, o amor próprio interessado, a razão em atividade, alcançando o espírito quase em termo da perfectibilidade de que é suscetível”.

Partindo-se desse princípio, o estado de sociedade, para Rousseau, é caracterizado de um profundo desejo de perfeição. O homem traz consigo esta característica que neste estado, vê-se em desenvolvimento através das modificações das faculdades acima por ele descritas.

Entretanto, esse ser que se aperfeiçoa e que chega ao conhecimento da razão, passa a uma situação de degeneração de si mesmo e perde a sua liberdade.

## 1.4 O ESTADO DE GUERRA

Por estado de guerra entende-se a luta travada entre homens em detrimento do ter e do poder. Por meio dos estudiosos, é sabido que Rousseau não escreve pontualmente sobre o tema da guerra. Nas palavras de Dent (1996, p. 140) “Rousseau nunca escreveu sistematicamente sobre guerra. Entretanto, a partir de 1756, redigiu numerosas notas sobre temas tais como o caráter da guerra e as relações entre os indivíduos na guerra, sobretudo depois da leitura do *Projeto de paz perpétua* do abade de Saint-Pierre”.

Desse modo, pondera-se que Rousseau não se atém na verificação se a guerra é vantajosa para quem a promove, nem tampouco se existe algum aspecto ideológico que a justifique. Na busca por algo que a legitime, chega à conclusão de que o que a legitima são as consequências de um ato de acumulação de bens assegurados pela lei. Diz Rousseau (1991, p. 271):

O que vejo são nações infelizes gemendo sobre grilhões de ferro, a raça humana esmagada por um grupo de opressores, uma massa esfomeada vencida pela dor e pela fome, cujo sangue e cujas lágrimas os ricos bebem em paz, e em toda parte vejo os fortes armados contra os fracos com o formidável poder da lei.

Além dessa intemperança ou degeneração do homem, Rousseau constata também o aspecto da legitimidade da guerra, que é atribuída ou pode estar relacionada com a instituição da lei. Lei esta, que segundo ele tende a favorecer os ricos, vindo assim a concretizar o 'nascimento' da guerra.

Por isso, no estado de sociedade, a regra vigente é a envergadura da justiça e da verdade para servir àqueles que obtêm maior poder. Quando os homens começam a estabelecer relações de atrito, surge a necessidade de algo que assegure o direito do possante, a força que antes fora meio de garantir o direito de posse, já não é mais. Nas palavras de Rousseau (1991, p. 275) “tal foi ou deve ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves aos fracos e, novas forças aos ricos, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade”.

Assim, uma vez tendo Rousseau provado que no estado de natureza a desigualdade é quase nula, e que devido a uma evolução, até de certo ponto natural



e posteriormente, com o auxílio do homem já dotado do uso da razão, no estado de sociedade, a desigualdade instaura-se.

Dessa maneira, Rousseau conclui que a desigualdade social não é natural, esta se desenvolve a partir das transformações ocorridas no estado de natureza, ampliando-se na passagem do homem para o estado de viver em sociedade, devido às diferenciações entre os homens, o seu ponto ápice é o poder de uns sobre os outros.

### 1.5 O PROCESSO DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS

Qual a origem da desigualdade entre os homens e será ela permitida pela lei natural? Esta pergunta motiva Rousseau para uma longa tarefa: debruçar-se sobre a complexidade da história do ser humano, pois para respondê-la, foi necessário retomar um passado distante.

Para responder a esta indagação Rousseau redigiu uma obra intitulada *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, a qual divide em duas partes. Na primeira parte Rousseau (1995) destaca a estrutura do homem, enfocando três aspectos principais: o físico, o psicológico e o moral. Na segunda parte Rousseau se ocupa com a questão da formação da sociedade civil, a partir da possibilidade e da natureza do homem.

Se a questão em si, ao menos aparentemente, não recobrava tamanho empenho, Rousseau, seja por conhecer através das experiências ou pelo seu modo de ver o mundo e pelo convívio com a natureza, percebe a necessidade de percorrer um considerável processo em função de explicar a problemática proposta pela academia.

Starobinski (1991), falando sobre o segundo Discurso, diz que Rousseau não estava preocupado com o recolhimento ou com os méritos que poderia tingir junto à Academia de Dijon, mas que seu intento é se distinguir e se distanciar pela amplitude e pela intransigência da sua doutrina. Assim Starobinski (1991, p. 287). afirma que:

Enquanto o primeiro Discurso comportava algumas coplas destinadas a atrair as boas graças dos juízes, o segundo Discurso, com o que tem de abrupto e de puro, parece desdenhar as precauções e as concessões que

lhe poderiam valer os aplausos da Academia. Ele despreza todas as conveniências, e, em primeiro lugar, a da brevidade. Avança uma verdade difícil, afronta os preconceitos, mas desejaria, por esse desafio mesmo, comunicar a exaltação de um pensamento que retoma os grandes problemas a partir da origem.

Com a nova obra, o filósofo Rousseau demonstra que a crítica da corrupção social é o resultado rigoroso de uma averiguação conduzida segundo as regras estritas da discussão filosófica. Enfim, tudo o que o primeiro Discurso só indicava em uma bruma calorosa, tudo que Rousseau descobrira ou entrevira no decorrer da polêmica sobre as artes e as ciências, poderia explicitar-se completamente, enunciar-se com o aparato completo dos fatos, dos testemunhos e argumentos que Rousseau apresenta nesta obra.

De certo modo, ao se apreciar o segundo Discurso, percebe-se que Rousseau aprofunda temas já mencionados no primeiro Discurso, uma vez que na primeira obra já apresentava de modo genérico a modificação do modo de vida e a desigualdade assinalada pela prática da arte como fomentadora da admiração de uns em relação aos outros. Assim, de acordo com Starobinski (1991, p. 288) podemos verificar que:

Obra de circunstância e simultaneamente realização necessária de uma virtualidade profunda, o Discurso sobre a origem da desigualdade expõe, na escala da história universal, o perigo e a fecundidade da defrontação das circunstâncias. O livro traz em si mesmo a imagem ampliada de seu próprio nascimento, e como uma ilustração do risco pelo qual ele existe.

Podemos notar que Rousseau, antes de escrever sobre a desigualdade, começou por sofrê-la em sua vida. No entanto, será esta, para ele, uma experiência positiva porque o faz ter cada vez mais a convicção de que o coloca do lado bom.

Assim, Rousseau empreende o seu caminho a partir da fidelidade radical à sua origem e à sua categoria social. Ele não se lamenta em suportar sua vida com pequenos ganhos e para provar a seus leitores afortunados, demonstra que no estado presente da sociedade, uma existência digna e moralmente justificada só é possível nos confins da indigência. Com este modo de comportar-se, oferece o exemplo da verdadeira norma, através da qual os seus leitores e também seus opositores ver-se-ão obrigados a conhecer a si mesmos sob uma luz acusadora, conforme afirma Starobinski (1991, p. 291):

A opulência e o poder que dela decorrem são usurpação. Esse homem célebre que escolhe ser copista torna sensível o que a riqueza tem de abusivo e de infundado. Ele proclama a aliança permanente, o elo necessário da inferioridade social e da superioridade moral. A desigualdade é produzida pelo delírio vaidoso do parecer; quando nos libertamos desse encantamento e abrimos os olhos, percebemo-la tal como é: um malefício irreal. Pela aberração dos homens que engana, a irrealidade vem corromper a realidade cotidiana. Em seus efeitos longínquos, a quimera abstrata da aparência se traduz em sofrimento e em crime.

Por isso, Rousseau recusa toda espécie de privilégios como presentes, pensões e gratificações, tendo em vista o fato de não ser obrigado ao reconhecimento e não ficar preso a amizades suspeitas em que a desigualdade é, segundo ele, hipocritamente negada. Além disso, receber estes tipos de concessões seria reconhecer-se inferior. Por estes motivos, ele optou por nada receber para nada dever e desta maneira permanecer fiel à sua maneira de proceder.

Assim, o segundo Discurso, de acordo com o pensamento de Starobinski (1991) é uma obra que em todos os sentidos ultrapassa as intenções conscientes ou inconscientes que se poderiam tentar atribuir a Rousseau, pois a imensa repercussão de sua palavra, no tempo e no espaço, propagou-se bem além do que Rousseau pudera esperar.

## 1.6 A DESIGUALDADE FÍSICA E MORAL

Rousseau diz conceber na espécie humana dois tipos de desigualdades, uma que chamou de física ou natural e outra proveniente de uma espécie de convenção, a qual ele denominou de desigualdade moral ou política. Assim diz Rousseau (1997, p. 51).

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdades: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles.

A primeira trata das qualidades físicas do homem que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma.

Portanto, trata-se das desigualdades naturais e por isso não há possibilidade de serem negadas e também não se constituem em qualquer espécie de mal ao homem.

Entretanto, a segunda consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles. A esse tipo de desigualdade Rousseau se opõe porque, no seu modo de entender, a natureza não determina nenhuma autoridade a um homem para deliberar sobre as ações dos demais.

Ao examinar essas concepções das desigualdades identificadas por Rousseau, percebemos que sua preocupação não é demonstrar a fonte da desigualdade natural nem estabelecer relações entre elas, o que Rousseau (1997, p. 241) pretende é "assinalar, no progresso das coisas, o momento em que, sucedendo o direito à violência, submeteu-se a natureza à lei; de explicar por que encadeamento de prodígios o forte pôde resolver-se a servir ao fraco, e o povo a comprar uma tranquilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real".

Para tratar da questão humana, Rousseau (1999, p. 43-44) compreende que é necessário conhecer o homem desde o seu primórdio, segundo ele "é preciso ir até a essência do homem para poder julgar sua condição atual, conhecer o homem em sua natureza essencial é ir além do existente daquilo que está historicamente dado e ir em busca de um estado inexistente". Assim, Rousseau sai em busca do processo do desenvolvimento e da transformação do homem, investigando o homem no seu estado natural.

Por isso, a história com a qual Rousseau se ocupa não é aquela com a qual se ocupam os historiadores. Diz Starobinski (1991, p. 296):

Não falará dos impérios nem de seu destino. Ele toma distância; decidiu olhar as coisas de longe. Tendo a Academia de Dijon proposto uma questão de direito político, Rousseau quis conter-se nos limites de uma discussão geral e puramente filosófica, sem personalidades e sem aplicações. De fato, essa discussão filosófica concerne menos aos acontecimentos da história do que ao processo pelo qual o homem, de início estranho à história, tornou-se progressivamente um ser histórico.

Por outro lado podemos ver que, na história da humanidade e da própria filosofia, muitos filósofos trataram do estado de natureza, mas Rousseau procura dar uma característica própria ao homem em tal estado, através de um movimento que

vai do real ao imaginário. Constata que os que tinham estudado o estado de natureza partiam sempre do homem em sociedade e usavam palavras inerentes ao homem social. Fortes (1989 p. 45), comentando a respeito dessa crítica de Rousseau diz que “quase todos falando sem cessar em carência, avaria, opressão, desejos e orgulho, transportam para o estado de natureza ideias que tiraram da sociedade e, falando do homem em sociedade estavam pintando o homem civil.

Starobinski (1991, p. 25) assim se refere ao momento em que o ser humano vivia como ser primitivo:

Em uma passagem do segundo Discurso em que Rousseau vigia manifestadamente seu pensamento, não chega ele a supor que o estado de natureza talvez não tenha absolutamente existido? O estado de natureza é, pois, tão somente o postulado especulativo que uma história hipotética se confere, princípio sobre o qual a dedução poderá apoiar-se, em busca de uma série de causas e de efeitos bem encadeados, para construir a explicação genética do mundo tal como ele se oferece aos nossos olhos.

Partindo do princípio de que só se conhece o presente em vista do passado, a primeira parte do segundo Discurso, Rousseau dedica à descrição do estado de natureza. Conta a si mesmo a história objetiva de uma Idade da transparência para legitimar sua nostalgia. E, segundo Starobinski (1991, p. 26), a certeza de Rousseau é de alguém que se lembra, é alcançada no contato e, por isso, seus discípulos já não verão nele o autor de uma história hipotética, mas o vidente que possuiu a memória de um passado muito antigo e de um tempo mais belo.

Assim Rousseau invoca uma natureza que nada destrói, torna-se o poeta da permanência desvelada. A partir da sua intimidade, descobre a proximidade de uma transparência original na qual podemos perceber que esse homem da natureza que Rousseau buscara nas profundezas das eras, acaba por descobrir na profundidade de seu eu. Assim Starobinski (1991, p. 29) descreve:

O retorno à pureza da consciência natural é o dever fundamental de todo homem, segundo Rousseau. Com isso, ele retoma de certa forma, o conhece-te a ti mesmo socrático. Em Sócrates, no entanto, a análise da consciência tem significado completamente diverso, inserindo-se em outro quadro de referência. Diante dos filósofos anteriores que se preocupavam em descobrir a constituição fundamental do mundo da matéria, Sócrates reivindicou como centro do pensar filosófico o próprio homem e os valores que orientam a sua conduta. Mas a diferença maior entre Sócrates e Rousseau não reside nisso, mas no fato de que o conhece-te a ti mesmo socrático é

tarefa intelectual a cargo da razão, e Rousseau ao contrário, vê no intelecto uma faculdade que conduz o homem para fora de si mesmo. Rousseau aponta o sentimento, essa outra faculdade infinitamente mais sublime como verdadeiro caminho para a penetração na essência da interioridade.

Destarte, podemos notar que o conhecimento de si equivale a uma reminiscência, mas o caminho que Rousseau percorre não é através do esforço de uma memória que pertence a um passado. De acordo com Starobinski (1991), para descobrir o homem da natureza, Rousseau não teve que se reportar a um passado ou tornar-se um historiador, mas ao contrário, bastou-lhe pintar a si mesmo e reportar-se à sua própria intimidade, pois o recurso à própria interioridade atinge a mesma realidade que a exploração do passado mais remoto. Starobinski (1991, p. 30) diz

Assim, o que era primeiro na ordem dos tempos históricos se redescobre como o que é mais profundo na experiência atual de Jean-Jacques. A distância histórica não é mais que distância interior, e essa distância é logo transposta, para aquele que sabe abandonar-se plenamente ao sentimento que se desperta nele. Doravante a natureza (como a presença de Deus para Santo Agostinho), deixando de ser o que há de mais longínquo atrás de nós, oferece-se como o que é mais central de nós. Como se vê, a norma já não é transcendente, e imanente ao eu. Basta ser sincero, ser eu mesmo, e então o homem da natureza não é mais o distante arquétipo ao qual me refiro, ele coincide com a minha própria presença, com a minha própria existência.

A partir dessa constatação vemos que é possível recuperar a natureza primeira do homem sem a necessidade de remontar às origens reais e sem se aventurar nas reconstruções históricas como explica Rousseau no segundo Discurso, onde o vemos renunciar facilmente a toda asserção sobre as verdadeiras origens para se reservar o direito de esclarecer por via de hipóteses a natureza das coisas.

Portanto, a desigualdade provém das ações racionais do homem na sociedade de modo geral, isto é, no comportamento ético-moral, na relação com a natureza, com os semelhantes e consigo mesmo.

## 2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A SOCIEDADE E A CIVILIZAÇÃO

### 2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM SOCIAL

O homem, no estado natural levava uma vida de total harmonia com a natureza e por esta razão nada influía nem acrescentava a ela, apenas dela recebia sem em nada transformá-la ou modificá-la. As transformações da natureza acontecem com o advento da vida em sociedade e com todas as necessidades criadas pela vida social.

A criação de leis que asseguram ou garantem o direito à propriedade vai constituir-se como algo negativo, no sentido em que concedem a um a posse daquilo que acredita ser seu e não se conhece um possível primeiro dono. Aqui já podemos perceber a influência que o homem sofre na sociedade e sua manifestação concreta de querer se sobrepor sobre o semelhante. Começa, então, a disputa, a exploração e a escravidão. Isso leva Rousseau (1997, p. 273) a dizer

Por fim, a ambição devoradora, o ardor de elevar sua fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para colocar-se acima dos outros, inspira a todos os homens uma negra tendência a prejudicarem-se mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa para dar seu golpe com maior segurança, frequentemente usa a máscara da bondade; em uma palavra, há de um lado, concorrência e rivalidade, de outro, oposição de interesses e, de ambas, o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem.

Entramos assim, na apresentação pessimista e negativa que Rousseau faz do homem em sociedade. Pode-se entender como negativo algo que emana do próprio homem, um sentimento egoísta de desejar possuir tudo para si. Este novo espírito, novo porque no estado de natureza não existia, acumular bens é que faz do homem um ser tomado de maldade.

Seguindo nessa perspectiva, constata-se na sociedade civil, uma sequência de entraves: disputas, explorações, escravidão, assassinatos, egoísmo, avareza. Nasce a tendência de se prejudicarem uns aos outros, a inveja, a hipocrisia, dominação, servidão, entre outros.

Assim, de acordo com Rousseau (1997) os mais poderosos ou os mais miseráveis, fazendo de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de bem alheio, equivalente segundo eles, ao de propriedade, seguiu-se a rompida igualdade,

a pior desordem; assim, as usurpações dos ricos, as extorsões dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, abafando a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus.

Outro critério que Rousseau observa é a inquietação. Conforme Fortes (1989) o homem, vivendo na sociedade civil, vê-se inquieto e toda aquela tranquilidade que o homem selvagem tinha agora se converte em uma tremenda correria. O cidadão, ao contrário, sempre ativo se cansa, se agita, atormenta-se sem cessar para encontrar ocupações ainda mais trabalhosas; trabalha até a morte, corre no seu encalço para colocar-se em situação de viver ou renunciar a vida para adquirir a imortalidade; corteja os grandes, que odeia os ricos, que despreza; nada poupa para obter a honra de servi-los; jacta-se orgulhosamente e sua própria baixeza e da proteção deles, orgulhoso de sua escravidão, refere-se com desprezo àqueles que não gozam a honra de partilhá-la.

O homem, em pleno progresso da vida em sociedade, vê-se desprovido de paz e passa a viver numa situação de conflito. Rousseau entende que o homem que vive em sociedade é um ser que vive fora de si. E este viver fora de si se contrapõe ao viés da vida primitiva, pois, o homem primitivo, ao contrário do homem social, não depende da opinião dos outros para formar a sua imagem.

Constata Fortes (1989), que Rousseau, ao falar do homem no estado de sociedade, apresenta uma visão panorâmica da degradação moral da humanidade. Tudo se torna artificial e representado, seja a honra, a amizade, a virtude, frequentemente mesmo os próprios vícios com os quais por fim se encontra o segredo de se glorificar; como, em uma palavra, perguntando sempre aos outros, o que somos e não ousando jamais interrogar-nos a nós mesmos sobre esse assunto, em meio a tanta filosofia, humanidade, polidez e máximas sublimes, só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão sem sabedoria e prazer sem felicidade.

Esta vasta nebulosidade da vida humana, no estado de sociedade, não acompanha o homem desde os primórdios. De acordo com Fortes (1989, p.76) o Segundo Discurso tende a esclarecer esse fato, tal como afirmara: "Basta-me ter provado não ser esse, em absoluto, o estado original do homem e que unicamente o espírito da sociedade e da desigualdade, que ela engendra, é que mudam e alteram desse modo, todas as nossas inclinações naturais".



Esses males como podemos ver, emanam das condições estabelecidas pela vida social, entre essas condições citamos a efêmera necessidade de se comparar aos outros com o intento de formar um conceito de si, a partir de uma opinião. Assim, os homens romperam com o mais sublime de si, isto é, com a genuinidade da natureza originária.

A alteração criada pela vida social torna o homem escravo tanto de seu semelhante, quanto de suas próprias necessidades, desencadeou um processo no qual o homem produziu-se a si mesmo, mas por outro lado, sofreu uma degradação moral paralela a seu progresso intelectual e técnico. Este processo de degradação levou o homem a viver fora de si, sob a aparência e distante de sua bondade original.

Essa realidade apresentada acima terá grande influência na teoria pedagógica do filósofo, e o leva a destacar a importância de se respeitar as fases do desenvolvimento da criança de acordo com cada fase da vida, dado que, segundo ele, a educação é o resultado de uma liberdade bem orientada, com a finalidade de tornar a criança um adulto bom. E, um adulto bom pode ser entendido como aquele cidadão que vive uma existência integrada à essência de sua natureza, bem como, um ser moral dentro da sociedade, pois não há como separar ser moral e ser político ou social.

## 2.2 A MORAL E OS BONS COSTUMES

O que Rousseau (1999, p. 179) prioriza de fato não é a razão, mas o caráter moral. A tese central do primeiro Discurso é a questão proposta pela academia de Dijon: “o restabelecimento das ciências e das artes serviram para aprimorar os costumes?”. Ao estudar a filosofia de Rousseau percebe-se que tal interrogação desencadeou o seu pensamento filosófico. Essa ‘intuição’ mudou a vida de Rousseau o fazendo ver um outro universo e tornar-se um outro homem.

Do ponto de vista histórico, a iniciativa da academia de Dijon é reflexo do anseio de um avanço científico e artístico, como bem caracteriza o período iluminista. É importante notar que o que faz de Rousseau um opositor aos anseios dos acadêmicos é a sua atenção, o seu apreço pela felicidade do ser humano, a qual, segundo ele, funda-se na moral.

A princípio, pode-se dizer que Rousseau não propõe o fim das ciências e das artes, antes ele aponta para o valor moral do ser humano, que se vê ameaçado pelo rumo que as ciências e as artes tomam. De modo geral, Rousseau (1997, p. 185) não nega que as ciências e as artes produzam conhecimentos, isso fica bem explícito quando afirma: "não é em absoluto a ciência que maltrato, disse a mim mesmo, é a virtude que defendo perante homens virtuosos".

Cassirer (1999, p. 101) afirma que:

Não podemos resistir ao progresso, mas por outro lado, não podemos nos entregar a ele assim sem mais. Trata-se de guiá-lo e de determinar autonomamente o seu objetivo. Em sua marcha evolutiva até o presente momento, a perfectibilidade enredou o homem em todos os males da sociedade e levou-os à desigualdade e a servidão. Mas ela, e apenas ela é capaz de tornar-se para ele um guia no labirinto no qual ele se perdeu. Ela pode e deve abrir-lhe novamente o caminho para a liberdade. Pois a liberdade não é um presente que a bondosa natureza deu ao homem desde o berço. Ela só existe na medida em que ele próprio a conquistar, e a posse dela tornar-se inseparável desta conquista constante.

De fato, tratando-se de moral, não se pretende examinar se as ciências e as artes produzam ou não conhecimento. Rousseau, interpretando de maneira muito precisa o sentido da questão proposta pela academia de Dijon, percebe que o conhecimento produzido pelas ciências e pelas artes não se constitui necessariamente em subsídio para o aperfeiçoamento dos costumes.

De fato, o Discurso inicia-se por um aparente elogio da cultura, onde Rousseau descreve em frases eloquentes um resumo da história do progresso das luzes. No entanto, através deste aparente elogio, Rousseau faz ver que os benefícios das luzes se encontram compensados e quase anulados pelos inumeráveis vícios que decorrem da mentira da aparência.

Podemos constatar essa realidade nas próprias palavras de Rousseau (1999, p. 189):

É um espetáculo grandioso e belo ver o homem sair, por seu próprio esforço, a bem dizer do nada; dissipar por meio das luzes de sua razão, as trevas nas quais o envolve a natureza, [...]; e, o que é ainda maior e mais difícil, penetrar em si mesmo para estudar o homem e conhecer a sua natureza, seus deveres e seu fim.

Entretanto, esse aparente elogio será a base a partir da qual Rousseau apresentará a sua ótica negativa sobre as ciências e as artes, pois, através delas aponta o erro que conduz aos vícios. Afinal de contas, entre o conhecimento e a

moral, pode-se entender que as ciências e as artes constituem-se numa inovação mítica, porque face à iluminação das ciências e a prática das artes, os homens tornaram-se prisioneiros, visto que distantes da virtude vivem na aparência das virtudes.

Num primeiro momento, em um ímpeto de eloquência, Rousseau descrevera a ascensão das artes e das ciências, no entanto, num segundo momento discorre em um sentido inverso e nos mostra toda a extensão da corrupção dos costumes. Assim Starobinski (1991, p. 15) observa que:

O espírito humano triunfa, mas o homem se perdeu. O contraste é violento, pois o que está em jogo não é apenas a noção abstrata do ser e do parecer, mas o destino dos homens, que se divide entre a inocência renegada e a perdição doravante certa: o parecer e o mal são uma e mesma coisa.

Rousseau observou assim uma discordância entre os atos e as palavras dos homens e com isso, contesta a sociedade enquanto esta é contrária à natureza. E ao perceber essa discordância faz uma acusação à sociedade, exprimindo uma de suas características principais que seria a negatividade em relação à natureza, como bem afirma Starobinski (1991, p. 35):

As falsas luzes da civilização, longe de iluminar o mundo humano, velam a transparência natural, separam os homens uns dos outros, particularizam os interesses, destroem toda possibilidade de confiança recíproca e substituem a comunicação essencial das almas por um comércio factício e desprovido de sinceridade; assim se constitui uma sociedade em que cada um se isola em seu amor-próprio e se protege atrás de uma aparência mentirosa. Paradoxo singular que, de um mundo em que a relação econômica entre os homens parece mais estreita, faz efetivamente um mundo de opacidade, de mentira, de hipocrisia.

A partir dessa concepção de Rousseau, podemos compreender que quanto mais as ciências e as artes avançam, mais o homem distancia-se da moral e dos bons costumes. Essa observação de Rousseau parece ser uma manifestação de cunho político, uma vez que a moral relaciona-se com a política, pois em suas obras ambas estão estritamente interligadas, assim como há, no período do Renascimento, uma estrita relação entre a vida intelectual e a vida política.

A ligação entre a vida intelectual e a vida política tornou o progresso das ciências, das letras e das artes uma importante ferramenta de poder político como descreve Rousseau (1999, p. 190):

Como o corpo, o espírito tem suas necessidades. Estas são os fundamentos da sociedade, aquelas constituem seu deleite. Enquanto o governo e as leis atendem a segurança e ao bem-estar dos homens reunidos, as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e talvez mais poderosas, estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro de que estão eles carregados, afogam-lhes o sentimento dessa liberdade original, para a qual pareciam ter nascido, fazem com que amem a escravidão e formam assim o que se chama de povos policiados. A necessidade levantou os tronos; as ciências e as artes os fortaleceram.

Embora o termo estado de natureza ainda não tivesse sido usado, Rousseau (1999, p. 191) referindo-se ao estado de natureza, constata a degeneração ou a corrupção dos costumes e o despertar do homem para o vício, afirmando que:

Antes que a arte polisse nossas maneiras e ensinasse nossas paixões a falarem a linguagem apurada, nossos costumes eram rústicos, mas naturais, e a diferença dos procedentes denunciava, à primeira vista, a dos caracteres. No fundo, a natureza humana não era melhor, mas os homens encontravam sua segurança na facilidade para se penetrarem reciprocamente, e essa vantagem, se cujo valor não temos mais noção, poupava-lhes muitos vícios.

Para Rousseau (1999, p. 198-199) as ciências e as artes corrompem a virtude, tanto que chega a expressar energicamente: “povos, sabeis, pois, de uma vez por todas que a natureza vos quis preservar da ciência como a mãe arranca uma arma perigosa da mão do filho”.

Nesse sentido compreende-se que conhecer a natureza através do conhecimento das ciências, assume segundo a ótica de Rousseau, uma oposição às normas da natureza, portanto, ferindo ou perpassando a lei da natureza e por assim dizer que o é natural, uma vez que é a própria natureza que se encarrega de distar o homem de conhecê-la.

Partindo desse princípio, Rousseau (1999, p. 193) fundamenta que, na medida em que se busca conhecer a natureza pela ciência, maior fica a lacuna do conhecimento de si mesmo, da sua essência e o ser humano torna-se alienado: “o efeito é certo, a depravação é real, e nossas almas se corromperam à medida que nossas ciências e nossas artes avançaram no sentido de perfeição”.

Verificamos que o avanço das ciências e das artes, segundo Rousseau (1997), não aponta para nenhuma melhora quanto à ação do homem diante do conhecimento adquirido pelas mesmas ciências e artes. As modificações que estas

evidenciaram ficam explícitas quando Rousseau (1999, p. 210) afirma: “temos físicos, geômetras, químicos, astrônomos, poetas, músicos, pintores, não temos mais cidadãos ou, se nos restam alguns deles dispersos pelos nossos campos abandonados, lá perecem indigentes e desprezados”. Deste modo, Rousseau leva a entender que as ciências e as artes não contribuíram para o aprimoramento dos costumes.

Apresentado a corrupção da virtude e da moral, se tem os fundamentos da segunda obra de Rousseau, na qual ele afirma que o progresso das ciências e das artes conduz o homem cada vez mais para uma diferenciação pelo vício e pela desvalorização do agir moral.

Podemos perceber que, para Rousseau, é através da moral que se pode pensar a igualdade entre os homens. Deve-se entender o termo moral como o sugere Dent (1996, p. 164) “Assumir o ‘ser moral’, ou seja, a pessoa passa a compreender a si mesma e às outras, e suas relações em termos de direitos, obrigações, responsabilidades, etc”.

Por isso, mais que a corrupção da virtude e da moral, o desenvolvimento das ciências e das artes, na concepção de Rousseau, constitui-se na mola propulsora da desigualdade e conseqüentemente da degeneração moral do homem.

Uma das características principais de Rousseau é observar a organização social de seu tempo e ao fazê-lo, constata que os homens, em pleno período de iluminação, se encontravam num estado de perversão, o que lhe fornece uma possibilidade, ainda que imaginária, de contemplar um tempo não muito próximo da sociedade em estudo, quando o homem vivia feliz porque estava em dependência unicamente da natureza. Conforme as palavras de Rousseau (1997, p. 39): “não se pode refletir sobre os costumes, sem se comprazer com as lembranças da imagem da simplicidade dos primeiros tempos”.

É importante perceber que para Rousseau, as ciências e as artes, longe de guiarem os homens para resgatar o que outrora haviam perdido (a relação de harmonia com a natureza), percorrem caminhos contrários e distanciam ainda mais o homem da natureza.

Isso dá a entender que aquilo que a humanidade coloca como fundamental e indispensável para uma vida bem sucedida, que é possuir bens de preciosidade

produzidos por meio das ciências e das artes, não se traduz em benefícios, pois segundo o pensamento de Rousseau, essa inovação proporcionada pela arte, afasta-o da natureza e da sua origem. E em contrapartida, a forma pela qual os homens se relacionam entre si é de caráter individualista, egoísta. Consequentemente, a vida social é orientada mais pelos vícios e menos pelas virtudes, criando assim a desigualdade entre os homens.

Ao estudar o pensamento de Rousseau, tem-se a impressão que fora lançado um ataque impiedoso ao conhecimento científico. Entretanto, o que Rousseau destaca não é o conhecimento que as ciências e as artes nos fornecem. Rousseau não nega tal conhecimento, mas o modo como o homem se beneficia dele, a saber, para satisfazer os desejos dos vícios.

Além disso, o homem já não é conhecido nas relações sociais nem pela ciência e nem pelos outros homens, pois sua vivência, sua moralidade é pautada sob aparências. Sobre isso discorre Rousseau (1997, p. 191)

A riqueza do vestuário pode denunciar um homem opulento, e a elegância, um homem de gosto; conhece-se o homem são e robusto por outros sinais; é sob o traje rústico de um trabalhador e não sobre os dourados de um cortesão, que se encontrarão a força e o vigor da alma.

Basicamente assim, podemos entender que o homem não é mais conhecido, o verdadeiro ser está submerso na aparência, ocasionando uma inversão do ser e essa modificação destitui a centralidade do homem, a sua essência. Há uma substituição do ser pelo ter. Então a virtude, nesse sentido, é atribuída ao homem bem trajado e assim, o ser moral fica apenas na aparência e não abrange o ser em si, na sua essência.

É versado que, seguindo essa ótica, o objetivo de Rousseau é refutar a contribuição da ciência e das artes para o aperfeiçoamento dos costumes dos homens. Contudo sua refutação não busca negar o valor do conhecimento, muito pelo contrário, Rousseau prioriza o caráter moral do homem e entende que os conhecimentos produzidos pelas ciências e pelas artes não estavam contribuindo para que o homem fosse ele mesmo e o afastaram de sua centralidade, de sua intimidade, para uma vida de acordo com imposições externas, o que no entender de Rousseau, causou uma cisão no homem primitivo entre ser e parecer.

## 2.3 O PACTO SOCIAL

Na obra *O Contrato Social Princípio do Direito Político*, Rousseau apresenta seu questionamento sobre a existência de alguma forma de administração que tenha como objetivo a segurança para os homens partindo da instituição de leis. Afirma então, que a família é a sociedade mais antiga e natural em um aspecto convencional onde existe a união de proteção maior, que assegura a unidade dos filhos para com os pais a fim de se fortalecer e repor forças para que possam viver essa liberdade independente. Segundo Rousseau (1999, p. 10), a família é o modelo das sociedades políticas em que “o chefe é a imagem do pai, o povo a dos filhos, e todos, terem nascido iguais e livres, só alienam sua liberdade em proveito próprio”.

Neste sentido, esta relação familiar do amor dos pais se justifica no cuidado para com os filhos, enquanto que na sociedade política esse prazer do administrador supera o amor entre chefe e seus subordinados.

Tendo em vista o direito do mais forte, Rousseau (1999, p.12) salienta que, o mais forte é sempre mais senhor, mais poderoso, quando a força se converte em direito e a obediência em dever. Disso decorre “daí o direito do mais forte, direito tomado aparentemente com ironia e na realidade estabelecido como princípio”. Uma vez que, o mais forte tem sempre razão e a obediência designa a obedecer sempre a legítima autoridade. Diz ele (1999, p.13) “se é preciso obedecer pela força, não há necessidade de obedecer por dever, e, se já não se é forçado a obedecer, também já não se é obrigado a fazê-lo”.

Desse modo, no que tange à necessidade da obediência por dever, para Rousseau (1999) o propósito é a formação do pacto social, momento esse em que os homens já não possuem mais a capacidade de unir-se e agregar-se, nesta unicidade dá-se o surgimento do pacto social, momento a partir do qual o homem passa do estado natural para o estado civil. Para tanto, surge uma única e forte cláusula em que todos os indivíduos passam a se manterem iguais. Rousseau (1999, p.22) explica que “cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sobre suprema direção da vontade geral e recebemos coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo”.

Vale salientar que dentro do exposto, a vontade geral se reconhece unida aos objetivos de todos, estabelecendo leis no intuito de beneficiar todo o povo e que tais

leis somente serão válidas se instituídas pelo povo e para todo o povo sem qualquer divisão do todo. Rousseau (1999) complementa que as leis após serem estabelecidas pela vontade geral, não podem favorecer particulares ou classes, restando ao legislador constituir as leis em que é necessário ser movido pela vontade e lei gerais. Acrescenta ele (1999, p. 37):

Se quando o povo suficientemente informado delibera, os cidadãos não tivessem nenhuma comunicação entre si, do grande número de pequenas diferenças haveria de resultar sempre a vontade geral e a deliberação seria sempre boa.

Dessa maneira, na esfera política do contrato social a vontade do bem particular resulta na vontade coletiva que é formada por um conjunto de membros do povo, que se fundamenta e não anula a vontade geral. Assim, para ele (1999, p. 125) a vontade geral é indestrutível. “Os homens retos e simples são difíceis de enganar em virtude de sua simplicidade”. Por sua vez, é de interesse de cada um a vontade particular, pois cada cidadão possui a vontade de interesse coletivo quando se torna membro da comunidade, pois se trata de uma vontade sempre constante, inalterável e pura. Sobre isso, Rousseau (1999, p. 127) esclarece que:

Executando esse bem particular, cada qual deseja o bem geral em seu próprio interesse e com o mesmo vigor que qualquer outro. Mesmo vendendo seu sufrágio, em troca de dinheiro, não extingue em si a vontade geral.

Na tentativa de imposição de uma lei diante da assembleia do povo, questiona-se sobre a sua aprovação ou rejeição a ela conforme a vontade geral. O parecer se dá através do voto de cada um postulando a vontade geral de livres cidadãos e membros do Estado, sobre o qual Rousseau (1999, p. 126) diz “um Estado assim governado precisa de pouquíssimas leis, à medida que se faz necessário promulgarem outras novas, tal necessidade é reconhecida universalmente”.

Segundo Rousseau, um legislador não formula leis em si mesmas ao passo que faz o papel de observador do povo a que elas se destinam. Nas palavras do autor (1999, p. 72) isso “requer, pois, a força pública, um agente próprio que a reúna e a ponha em ação segundo as direções da vontade geral, que sirva para a comunicação entre Estado e o soberano”.



Por esse viés, Rousseau complementa que o Estado é uma comunidade organizada sobre funções soberanas, voltada à vontade geral. Sendo que, o governo torna-se, simplesmente, um agente executivo que possa representar a vontade geral do povo. Dessa forma, o seu compromisso não é formular a vontade geral, mas sim executá-la. A instituição do governo é para garantir a vontade da maioria com a preservação dos seus direitos no que se refere a direitos naturais, a vida e a liberdade. Para Rousseau (1999, p. 73):

É no governo que se encontram as forças intermediárias cujas relações compõem a do todo com o todo, ou do soberano com o Estado. Pode-se representar esta última relação plena dos extremos de uma proporção contínua, cuja média proporcional é o governo. O governo recebe do soberano as ordens que dá ao povo, e, para que o Estado permaneça em bom equilíbrio, é necessário que tudo seja compensado, haja igualdade entre o produto ou o poder do governo, tomado em si mesmo, e o produto ou o poder dos cidadãos, que por um lado são soberanos e, por outro, súditos.

Rousseau afirma que para legislar é necessária uma inteligência superior e de caráter sobre-humano, ou seja, que esse alguém no coletivo dentro das possibilidades de condições superiores a quem compete ser um 'homem legislador', que tenha como função fundamental nesse papel, o compromisso com o povo. Por isso, para Rousseau (1999, p. 75) “o governo é sempre em pequena escala o que o corpo político, que o encerra, é em grande escala. É uma pessoa moral dotada de certas faculdades, ativas como o Estado, e que se pode decompor em outras relações parecidas”. Assim, cabe ao legislador manter o equilíbrio entre os extremos que compõem o todo da comunidade, entre o governo, o soberano e o poder dos súditos.

## 2.4 A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO

Emílio será o modelo de homem e cidadão para Rousseau. Inicialmente ressaltamos que a grande preocupação de Rousseau será educá-lo nos moldes mais próximo possível da natureza. Esse tipo de educação proposta pelo pensador requer o respeito à liberdade do aluno e sempre em consonância com a natureza. Rousseau (2004) enfatiza o cultivo pela natureza como fonte legítima da virtude e da felicidade. De acordo com o pensador, o seu projeto de formação volta-se para a convivência com os outros, pois sendo membro da sociedade, o cidadão deve ser

ativo e cumprir seus deveres de cidadão, de homem ciente da realidade e dos problemas do seu meio.

De acordo com Cassirer (1999, p. 52) a liberdade para Rousseau pode ser entendida como uma condição inerente ao ser humano:

Ela se refere à ligação a uma lei severa e inviolável que eleva o indivíduo acima de si mesmo. Não é o abandono desta lei e o despende-se dela, mas a concordância com ela o que forma o caráter autêntico e verdadeiro da liberdade.

Assim, para Rousseau, a liberdade não significa libertar e emancipar o indivíduo no sentido de que ele seja expelido da forma e da ordem da comunidade, ao contrário, trata-se de encontrar uma forma comunitária que proteja com toda a força concentrada na associação estatal a pessoa de cada indivíduo, e este se unindo aos outros, obedeça apenas a si mesmo apesar de fazer parte dessa união.

Tendo em vista uma formação que seja capaz de oferecer ao educando a possibilidade de tornar-se senhor de si. Para Rousseau (2004, p. 235), o educador perde o seu lugar cativo de ensinante. Eis a recomendação ao preceptor de Emílio: “para torná-lo mestre, sede em toda a parte aprendiz”. Assim, se evidencia que o mestre não é mestre porque sabe e ensina, mas porque sabe aprender e com isso ensina. Por sua vez, o seu ensino consiste, sobretudo, em propor as questões certas aos educandos e colocar ao seu alcance os meios para aprender. Para isso, faz-se necessário, além do desejo de aprender, a capacidade de se colocar no lugar da criança, de penetrar as suas ideias e de sentir a sua alma. A recomendação do pensador ao preceptor de Emílio deixa a entender que o mestre deve colocar-se junto com o movimento da vida.

Através da marcha da natureza, Rousseau estabelece o caminho para a verdadeira formação e autoconstrução do homem e sua inserção na sociedade. No Livro IV (2004, p. 285) dirá que é a natureza a fonte da virtude e da felicidade. Deste modo, Emílio é o projeto de educação que Rousseau projeta para a formação do verdadeiro cidadão. Mas vale lembrar que para obter êxito e conseguir atingir esta finalidade, a educação que Rousseau projeta deve ser iniciada desde o princípio da vida da criança com a finalidade de preservar a criança dos preconceitos e das máximas que ele próprio fora educado.

Podemos perceber que a formação na perspectiva de Rousseau congrega dois princípios essenciais que são o resgate da essência da natureza humana e a promoção da essência da vida em sociedade. Porém, estes dois princípios se fundem em único objetivo, ou seja, a formação do homem e do cidadão de modo a recriar o homem natural dentro da sociedade.

No decorrer da obra o *Emílio* Rousseau tenciona que a educação fundamentada na liberdade e no respeito pela natureza será o instrumento eficaz para que aconteça de fato a formação do homem e do cidadão de acordo com as virtudes do homem natural, e, uma vez alcançado este objetivo será possível esperar também a transformação da sociedade.

A necessidade de educação para a formação do homem e do cidadão é apresentada pelo autor (2004, p. 10) nas primeiras páginas da obra ao falar que:

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidades de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação.

A vida em si é uma obra educativa que acontece na intensa e contínua interação do sujeito com o meio. Da mesma forma Rousseau constrói seu conceito de homem fundamentado em três pilares, a saber: homem, natureza e sociedade. Por isso, a formação do homem e do cidadão deve lidar com estes três pilares que serão o desenvolvimento do projeto de formação segundo a proposta de Rousseau (2004, p. 10), “Cada um de nós é, portanto formado por três espécies de mestres”.

Rousseau vislumbra através da harmonia dos três princípios citados acima, a formação integral do homem, autêntico, devidamente desnaturado e bem preparado para conviver com seus semelhantes. Imprime assim na sua proposta formativa um projeto político com o intento de desenvolver uma nova sociedade. Pois, mesmo falando em princípios gerais podemos perceber que o projeto do *Emílio* está cheio de ensinamentos ou lições morais que visam preparar o educando para a convivência e a vida civil. Vemos assim que a formação é para Rousseau uma ação global que deve desenvolver as potencialidades do homem integral. Por isso, seguindo o caminho construído pelo pensador (2004, p. 290), se ressalta que:

Enquanto ele só se conhecer pelo seu ser físico, deverá estudar-se pelas suas relações com as coisas; é o trabalho de sua infância. Quando começar a sentir seu ser moral, deverá estudar-se por suas relações com os homens; é o trabalho de sua vida inteira, a começar do ponto a que acabamos de chegar.

O homem, livre e autônomo, idealizado por Rousseau deveria servir ao imperativo da natureza. Ao estabelecer a soberania das necessidades naturais sobre as convenções sociais procura restabelecer a igualdade original da natureza humana. Desta forma, cada indivíduo, independente da sua posição social poderá desenvolver suas potencialidades, mesmo que este processo demande a vida toda.

O reconhecimento das potencialidades humanas norteia a obra de Rousseau. Como vimos acima, a compreensão de que o homem apresenta diferentes estágios de desenvolvimento ao longo de sua vida é outra importante característica. Em cada um dos estágios evolutivos existe uma forma diferente de apreender o mundo. Por isso, conforme assinalado anteriormente, na educação idealizada por Rousseau, o preceptor deveria ter sempre a mesma postura. Em se tratando de crianças pequenas não deveria empregar a força nem o raciocínio. A principal tarefa do preceptor, nos primeiros anos de vida da criança, era possibilitar que elas desenvolvessem a curiosidade e a experimentação sensorial como expresso na seguinte passagem do *Emílio* (2004, p. 160):

Portanto, não exerciteis apenas as forças, exercitai todos os sentidos que as dirigem; tirai de cada um deles todo o partido possível, e depois verificai a impressão de um pelo outro. Medi, contai, pesai, comparai. Não uses de força senão depois de ter calculado a resistência; agi sempre de tal sorte que o cálculo do efeito preceda o emprego dos meios. Fazei com que a criança tenha interesse em nunca fazer esforços insuficientes ou supérfluos.

A tarefa do educador consiste em manter pura e intacta a potencialidade da criança até o momento propício. Neste sentido é particularmente importante evitar a excitação precoce da imaginação, deve-se ensinar a lição da utilidade das coisas, ou seja, desenvolvendo as faculdades da criança apenas naquilo que possa ser útil.

Através de uma educação voltada para a criança desenvolver-se na liberdade, o autor prevê que para cultivar a inteligência era preciso antes cultivar as forças que o aluno deveria governar. Por isso, o exercício do corpo deveria ser contínuo, para que este ficasse robusto e sadio. Trabalhar, agir, correr e gritar são fontes de vigor para o homem, pois, com o vigor viria a razão.

Rousseau deseja que Emílio seja forte, robusto. A educação tem que prezar pela força física do homem para que ele suporte os obstáculos colocados pela natureza e aprenda a controlar suas emoções e viver com as privações.

Na concepção de Rousseau o exercício do corpo de forma alguma prejudica as operações do espírito. Tendo em vista o propósito de formar o homem e cidadão integral, o autor preocupa-se que desde cedo a criança desenvolva todas as potencialidades com vista a tornar-se um homem livre dos infortúnios, das necessidades produzidas pela vida em sociedade.

Assim, sua proposta educacional privilegia a liberdade. O fundamental era possibilitar às crianças mais liberdade e menos domínio. As crianças deviam fazer mais por si e exigir menos dos outros, ou seja, ir “acostumando-se cedo a limitar os seus desejos às suas forças, pouco sentirão a privação do que não tiver em seu poder” (ROUSSEAU, 2004, p.58).

É importante perceber que este será o movimento na vida do homem e do cidadão. Acostumado desde cedo na liberdade e sem depender dos outros, será capaz de conduzir sua própria vida. Para ele, o primeiro de todos os bens não era a autoridade, mas sim a liberdade, como expresso no *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Social* (1991, p. 249) “a natureza manda em todos os animais, e a besta obedece”. Vemos assim, que a finalidade primordial da educação para o Rousseau é possibilitar que o homem fosse verdadeiramente livre, fosse um ser forte e autônomo. Por isso, o processo educativo deveria possibilitar a formação do homem e do cidadão compatibilizando as suas necessidades, desejos e paixões às suas forças.

Assim dirá Rousseau (2004, p. 08) “moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação”. Neste sentido é a educação o instrumento capaz de fazer com que o homem possa torna-se íntegro e em condições de viver em harmonia com os princípios da sua verdadeira natureza. Claramente Rousseau manifesta o ideal de formar o homem no seu sentido amplo, preparado para viver em diferentes circunstâncias sem se tornar joguete das opiniões dos outros.

Ao tratar da formação do espírito no Livro IV da obra *o Emílio*, Rousseau (2004, p. 472) salienta que: “essa é a hora da leitura e dos livros agradáveis; é a hora de ensiná-lo a fazer a análise do discurso, de torná-lo sensível a todas as

belezas da eloquência e da dicção”. A ideia de Rousseau a respeito da educação é clara, ou seja, a educação natural deve tornar o homem preparado para todas as condições sociais, e, sobretudo, apto para a vida civil. Entendemos que para Rousseau, a educação fornece subsídios para a formação do homem livre, porém, a liberdade preconizada por ele não implica em desvincular o homem da sociedade, ao contrário, ela se insere e acontece dentro da sociedade, ou seja, a educação possibilitará ao homem a capacidade de saber julgar além das aparências e dos preconceitos.

Este processo educativo para Rousseau inicialmente deveria ser negativo, ou seja, limitando-se àquilo que não deve ser feito. Porém, quando se chega à idade da consciência o processo educativo passa a ter caráter positivo, período em que se inicia a educação moral de Emílio.

Emílio é o projeto de educação com vistas a corrigir a degradação e dar um caráter ao espírito humano, porque diante das aparências e dos preconceitos produzidos pela vida social e da necessidade de reconquistar a liberdade perdida, do estado natural, a educação de Emílio lhe forneceu instrumentos para atingir a condição de responder com liberdade aos problemas sociais que venham afetar a sua condição de homem e de cidadão.

Percebemos assim que o interesse de Rousseau é a realidade cotidiana da vida do homem e, necessariamente a educação deve estar voltada para a formação do homem em vista do convívio com seus semelhantes. Assim, para Rousseau (2004), não se pode restringir a educação somente ao ambiente escolar ou familiar, pois formar o homem integral requer uma ação conjunta de todos os segmentos da sociedade.

O projeto educacional de Rousseau leva em consideração o cuidado com a educação moral. Ao chegar à idade da consciência, mais do que focalizar o conteúdo das virtudes a serem praticadas, o pensador estava interessado na constituição da consciência moral do educando, construída na busca da autonomia moral. Autonomia que, por sua vez é exigência primeira na sociedade de iguais por ele recomendada, em que o contrato social depende da participação ativa dos cidadãos e se funda na solidariedade e na cooperação entre os indivíduos.

Como é possível verificar na obra *o Emílio* (2004), essa educação moral começa quando o aluno completa seus quinze anos e é quando o preceptor deve entrar nos domínios da teoria da sociedade e da organização política. Neste momento ele aprenderá a conhecer-se a si mesmo e aos outros homens.

Conforme observado, a educação sociopolítica requer que o aluno já tenha capacidade para compreender as relações, os homens e as sociedades. Querer ensinar ao educando este conteúdo antes deste período, segundo o pensamento de Rousseau seria desperdiçar tempo e frustrar as expectativas do educando com o processo formativo, pois a educação deveria seguir a marcha da natureza e apressar o processo seria como estragar o desenvolvimento das qualidades naturais do educando. O próprio Rousseau (2004, p. 267) diz que “a verdadeira marcha da natureza é mais gradual e mais lenta”. Segundo esse modo de entender, o processo educativo traria muitos benefícios para o educando. Uma vantagem da inocência prolongada é de aproveitar a sensibilidade nascente para jogar no coração do jovem aprendiz as primeiras sementes da humanidade como amizade, piedade, generosidade e bondade, e, isto se faz lhe apresentado as misérias do homem.

Aos quinze anos, Emílio não sabe que tem uma alma espiritual e talvez não seja conveniente informá-lo disso antes dos dezoito anos. Emílio recebe o ensino religioso sob a forma de deísmo, ou seja, de reverência ao criador da Natureza. Na Profissão de fé Rousseau ensina como se deve falar sobre religião ao seu aluno. Diz ele (2004, p. 373) “não quero argumentar contigo, nem mesmo tentar convencer-te; basta-me expor-te o que penso na simplicidade de meu coração. Consulta o teu durante o meu discurso, é tudo o que te peço”.

A educação religiosa em Rousseau adquire uma conotação pessoal, pois como vimos acima, a verdadeira religiosidade está no coração do homem, independente das instituições humanas e, um coração justo é o verdadeiro templo da Divindade.

Seguindo os ditames da natureza, o processo educacional poderá atingir sua finalidade de formar o homem integral. Rousseau reconhece os limites da inteligência humana, e, por isso, reporta-se para a relação contraditória entre razão e paixões. Para o pensador, é possível controlar as emoções pelo bom uso da racionalidade. Porém, a razão aperfeiçoada pelo sentimento, possibilitaria a faculdade da compreensão humana. Este é um dos aspectos centrais da educação

moral, fazer com que o educando conheça as paixões inerentes ao homem e as que delas nascem e que consiga controlá-las racionalmente.

O resultado dessa educação é o adulto Emílio, com pouco mais de vinte anos é bem formado, bem constituído de espírito e de corpo, forte, sadio, bem disposto, hábil, robusto, sensato, dotado de razão, de bondade, de humanidade, de bons costumes, de gosto, amando o belo, fazendo o bem, liberto do império das paixões cruéis e isento das opiniões, mas submisso à lei da sabedoria e dócil à voz da amizade. Possui todos os talentos úteis e vários talentos agradáveis, preocupando-se pouco com as riquezas, carregando seus recursos nas mãos, não tendo medo de carecer de pão em nenhuma circunstância da vida. Assim discorre Rousseau (2004, p. 485):

Embora esteja entrando no mundo, ignora de forma absoluta as suas maneiras, mas nem por isso é tímido e receoso; se ele se esquia, não é por falta de jeito, mas porque para ver bem é preciso não ser visto, pois o que pensam dele pouco o perturba e o ridículo não lhe causa nenhum medo. Isso faz com que, mantendo-se sempre tranquilo e sereno, não se perturbe com a vergonha. Estejam ou não olhando para ele, sempre sozinho para poder observar bem os outros, capta suas maneiras com uma facilidade que os escravos da opinião não podem ter. Pode-se dizer que aprende tão depressa os costumes da sociedade justamente porque não lhes dá importância.

Emílio é um espírito formado, educado não pelas luzes da aparência, mas sim por uma instrução guiada pela e para a prática da virtude e por isso nada do que é humano pode estar ausente dela. Por ter como sentimento inato o princípio da justiça o jovem Emílio é suposto representante do gênero, como ser ativo e inteligente. Por isso, capaz de meditar e refletir, apto a distinguir entre o erro e a verdade fundamentada na realidade e não na mente do indivíduo que julga, e, nem em doutrinas estabelecidas por instituições sociais.

Podemos perceber que Rousseau insere na educação de Emílio uma proposta formativa que seja capaz de proporcionar ao educando uma integração ao seu meio e seguindo o seu modo de pensar não se pode separar a educação política e a moral. Ambas formam uma unidade assim como o próprio ser humano e a sociedade. Por isso Rousseau (2004, p. 503) afirma: “é preciso estudar a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade”.



Rousseau sabe que é uma ilusão querer ensinar livremente um homem numa sociedade em que prevalece a desigualdade, e que é uma ilusão transformar a sociedade, se não se dispõe de homens livres, prontos a se tornarem iguais perante a lei. Talvez seja por isso que escreveu o *Emílio* e o *Contrato Social* ao mesmo tempo. Dessa forma, denuncia a corrupção moral da sociedade, ao mesmo tempo em que, a partir da educação política, propõe um projeto alternativo fundamentado em valores morais a partir da natureza. Nisto consiste a grandeza da obra de Rousseau, uma proposta ousada, que foi critica por muitos, mas que resiste aos tempos e não deixa de ser ainda nos dias de hoje uma possibilidade real de formação nos moldes da natureza com o intuito de formar o homem novo, homem e cidadão, exemplificado por Emílio, capaz de construir uma sociedade melhor, mais feliz, fundada num pacto entre os homens formados não pela exterioridade, mas pela liberdade, qualidade inerente do ser humano.

## 2.5 ARGUMENTAÇÕES NEGATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SOCIAL

A criação de leis que asseguram e que são garantia ao direito à propriedade se constitui algo negativo no sentido que concedem a alguém uma posse daquilo que acredita ser seu e não consegue o conhecimento de quem seja o seu possível primeiro dono. Disso decorre então que a disputa leva à exploração e à escravidão. Diz Rousseau (1991, p. 273):

Por fim, a ambição devoradora, o ardor de elevar sua fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para colocar-se acima dos outros, inspira a todos os homens uma negra tendência a prejudicarem-se mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa para dar seu golpe com maior segurança, frequentemente usa a máscara da bondade; em uma palavra, há de um lado, concorrência e rivalidade, de outro, oposição de interesses e, de ambas, o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem.

Por esse motivo, Rousseau (1991) vislumbra uma apresentação pessimista e negativa do homem em sociedade, em que o negativo é algo que emana do próprio homem, se tornando um sentimento egoísta de desejo e de posse de tudo para si. Esse novo espírito de acúmulo de bens faz do homem um ser tomado de maldade.

Nessa perspectiva, Rousseau constata que a sociedade civil apresenta uma série de entraves como disputas, explorações, escravidão, assassinatos, egoísmo,

avareza, inveja, hipocrisia, dominação, servidão, enfim, nasce no homem a tendência de prejudicar uns aos outros.

Outro fator observado por Rousseau é a inquietação. De acordo com Dent (1996) o homem vivendo na sociedade civil, vê-se inquieto e toda aquela tranquilidade que tem no estado natural desaparece, isto é, nasce nele a inquietude, uma agitação desenfreada e um estado de atividade intensa e cansativa. Estes fatores, também são negativos.

O homem, em pleno progresso de vida em sociedade, vê-se desprovido de paz e passa a viver numa situação de conflito. De acordo com Dent (1996), Rousseau entende que o homem vivendo em sociedade vive estritamente alheio, ou seja, é um ser que vive fora de si, e, este viver fora de si contrapõe-se ao viver primitivo, onde o homem vive em si mesmo, porque diferentemente do homem social, não depende da opinião de outrem.

Esta vasta nebulosidade na visão rousseuniana sobre a vida humana no estado de sociedade, conforme Dent (1996), não acompanha o homem desde os primórdios. Esses males emanam dos homens, os quais rompem com o mais sublime de si, isto é, com a genuinidade da natureza originária. Todos esses malefícios são sinais, ou seja, o resultado da propriedade que acompanha toda a desigualdade emergente. Desta forma, essa sociedade emergente vê-se mergulhada em um profundo estado de guerra, em um estado de combate de todos contra todos.

### 3 A EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU

Conforme Rousseau (1995) educação é uma função tão natural e universal da comunidade humana, que pela sua própria evidência, leva muito tempo para atingir a plena consciência daqueles que a recebem e praticam. O seu conteúdo é ao mesmo tempo moral e prático, revestido em parte, na forma de mandamentos e numa série de preceitos sobre a moralidade externa e em regras de prudência para a vida, transmitidas oralmente, apresentando-se como comunicação de conhecimentos e aptidões profissionais na medida em que são transmissíveis.

Em seus preceitos elementares a educação é feita de forma oral não fazendo distinção fundamental entre a moral e o direito. Para Rousseau (1995, p. 80) “a educação primeira deve, portanto ser puramente negativa. Ela consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e do erro”. Esta formação não é possível sem se oferecer ao espírito uma imagem do homem tal como ele deve ser, manifesta-se na forma integral do Homem, na sua conduta e comportamento exterior e na sua atitude interior.

#### 3.1 ROUSSEAU E O SISTEMA EDUCACIONAL

Para Rousseau (1995), a história da formação humana não é outra coisa senão a forma aristocrática, cada vez mais espiritualizada de uma ação, podendo até mudar a natureza física do Homem e suas qualidades, elevando-lhe à capacidade de ascender a um nível superior. Progressivamente o espírito humano conduz à descoberta de si próprio e cria, pelo conhecimento do mundo exterior, formas melhores de existência humana, a qual pertence por essência à comunidade, participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna e no seu desenvolvimento espiritual. Rousseau (1995, p. 81) reitera que “enquanto a criança é falha de conhecimento, há tempo para preparar tudo que a cerca, de modo que só os objetos que convém que veja impressionem seu olhar”.

A criança não precisa recorrer a nenhuma 'instituição' para aprender a falar. Sua história está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade. A intervenção da educação possibilita a valorização do

ser humano, na medida em que serve para a promoção de melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais.

De acordo com Rousseau (1995) a educação, o ensino, a avaliação e aprendizagem não se justificam plenamente por si sós, mas sempre em função de um bem maior, o da educação. O termo educar provém do verbo latino *educare*, que significa trazer para fora, fazer desabrochar, mostrar-se para a vida de forma real, revelar-se para o mundo externo, desvelar potencialidades como desdobramentos da educação. Assim, a educação é um processo destinado a provocar uma mudança nas disposições ou capacidades do sujeito, constituindo num aumento de capacidade de realizações e numa modificação de atitudes, interesses e valores. Nas palavras de Rousseau (1999, p. 42):

A educação básica, a doméstica, precisa preservar o indivíduo ao máximo contra as ingerências institucionais. Emílio é educado em contato íntimo com a natureza, seguindo-a em tudo. Para formar esse homem raro, pergunta-se Rousseau, o que devemos fazer? Muito, sem dúvida: impedir que alguma coisa seja feita.

Conforme Rousseau (1999), num primeiro momento, a educação deve centrar-se nos exercícios e nas sensações, deixando que a natureza faça o seu processo educacional. O abandono das responsabilidades maternas é o primeiro divórcio entre o homem e a natureza, no entanto a ação materna não significa superproteção, mas ao contrário, conceder autonomia à criança para que possa realizar experiências. A autoridade materna e paterna não deve ser um poder, mas um dever.

Rousseau afirma isso ao constatar que em sua época a criança anda antes de saber falar; obedece, antes de poder agir; é castigada antes de conhecer seus erros. Não é assim a dinâmica da natureza. A criança não tem vida moral e nem social, pois, segue o curso que a natureza lhe dita. Neste sentido, Rousseau entende a educação não como um processo de fora para dentro, mas sim de dentro para fora, seguindo os ditames naturais. Por isso, não basta dizer aos cidadãos, sejam bons, é preciso ensiná-los a ser, pois todo homem é virtuoso quando sua vontade particular em tudo se encontra de acordo com a vontade geral. Dent (1996, p. 116) afirma:

Rousseau sustenta que a educação deve aspirar não só a instalar o saber, mas a formar o coração, o espírito e a capacidade de

juízo. A aquisição de bons hábitos e disposições deve ter prioridade sobre o conhecimento abstrato. De um modo geral, a criança é mais bem ensinada através de fábulas e histórias do que de argumentos abstrusos. Deve ser conduzida pelo seu interesse, não forçada por lições secas e obedientes que despertam desagrado e resistência. Ela deve ser ensinada de tal maneira que a habilite a ser feliz, e isso, afirma Rousseau, consegue-se melhor aprendendo a moderar as paixões, em vez de se lhes ceder.

Dessa maneira, a educação não ocorre apenas na escola, é um processo permanente que se efetua na família, na comunidade, no trabalho, na comunicação social, enfim, na interação do homem com o meio.

### 3.2 EMÍLIO E OS ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Para Rousseau a educação é progressiva, de tal forma que cada estágio do processo pedagógico, se mostre adaptado às necessidades e ao desenvolvimento maturacional e cognitivo do indivíduo. Assim, a educação inicia-se quando a criança passa a adquirir consciência das suas relações com os semelhantes. Os processos educativos e as relações sociais são sempre encarados do ponto de vista da noção, da liberdade. Ao reformular o princípio de liberdade e dar-lhe o papel fundamental na moral e na política, Rousseau eleva-se acima dos contemporâneos e dos seus precursores (DENT, 1992).

Rousseau (1999, p. 17) alega que o princípio da liberdade como direito inalienável e exigência essencial da própria natureza do homem é o de que “todos nascem homens livres; a liberdade lhes pertence e renunciar a ela é renunciar a própria qualidade de homem”.

No *Emílio*, Rousseau propõe a necessidade de substituir a educação tradicional, que oprime e destrói a natureza primitiva a partir de uma superestrutura artificial, por uma educação que se proponha como único fim à conservação, ao reforço de tal natureza. Nesse sentido *Emílio* retrata a história de um garoto idealizado e educado precisamente para esse fim, sobre o qual Rousseau (1995, p. 174) discorre:

A inteligência humana tem seus limites. Na semente um homem não pode tudo saber, como não pode sequer saber por inteiro o pouco que sabem os outros homens. Como a contraditória de cada posição falsa é uma verdade, o número de verdades é tão inesgotável quanto

o de erros. Há, portanto, uma escolha nas coisas que devemos ensinar, bem como no momento em que devem ser aprendidas.

Segundo Dent (1992), a ação do educador é dirigida de maneira a fazer que o desenvolvimento físico e espiritual da criança ocorra de modo espontâneo para que cada nova aquisição seja uma criação proveniente do interior, isto é, do sentimento e do instinto do educando. As primeiras faculdades que se formam e se aperfeiçoam são os sentidos, os quais devem ser bem cultivados para que através deles possam ser adquiridas as condições necessárias para o desenvolvimento pessoal. O papel do mestre é educar o aluno para ser um homem, usando a estrutura provida pelo seu desenvolvimento natural, levando em consideração o contexto social e cultural no qual o aluno será membro.

Segundo Rousseau, o aprendizado e a transformação dos dados sensíveis em conhecimentos intelectuais provêm da natureza, orientado pelo critério da utilidade, pois assim que o aluno adquire o conceito da palavra útil, terá um novo meio muito valioso para guiá-lo, visto que a utilidade tem para ele o sentido de alguma coisa que interessa imediatamente ao seu bem-estar atual. Conforme Abbagnano (1982, p. 211) isso:

Não significa fazer dele um selvagem que haveria de abandoná-lo no meio dos bosques, mas uma criatura que, vivendo no turbilhão da sociedade, não se deixa arrastar nem pelas paixões nem pelas opiniões dos homens, uma criatura que vê com seus próprios olhos e sente com seu coração, e que não reconhece outra realidade senão a da própria razão.

Deste modo, a educação para Rousseau é o resultado de uma liberdade bem orientada, pois não se educa uma criança quando não se pode conduzi-la a desejar as leis do possível e do impossível.

Rousseau não é contra a razão ou contra a cultura, mas é contrário a um modelo de razão e a certos produtos culturais, porque lhes escapa aquela profundidade ou interioridade do homem social ou cultural. Nesse sentido, para Rousseau, o mal nasce com a sociedade, e, é com a sociedade, desde que devidamente renovada, que ele pode ser expulso e contido (ABBAGNANO, 1982).

O princípio chave do *Emílio* não é constituído pela liberdade caprichosa e desordenada, mas por uma liberdade bem orientada, onde o processo educativo que

acompanha todas as fases da vida, pode variar segundo os estágios do desenvolvimento pedagógico educativo.

De acordo com Dent (1992), no primeiro estágio da educação, que vai do nascimento aos dois anos, a responsabilidade fundamental é da mãe, pois é ela quem dá afeto e ensina as necessidades básicas que a criança precisa. Nesta etapa a criança tem uma educação negativa, tornando-se independente em relação aos adultos, aprendendo a cuidar da higiene e evitando a criar hábitos não naturais.

Dos dois aos doze anos, que é a idade de natureza ou 'idade pueril', a educação é inteiramente dedicada ao aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos, devido ao fato de que as necessidades iniciais da criança são primeiramente físicas e marcadas pela dependência, pela curiosidade, pela experimentação e pela isenção de moral e racionalidade. Assim sendo, é importante que o educador deixe fluir na criança os instintos naturais, prevenindo tão somente para que não aconteçam acidentes imprevistos. Diz Rousseau (1995, p. 139) "Que Emílio corra todas as manhãs descalço, em qualquer estação, pelo quarto, pelas escadas, pelo jardim; longe de ralhar com ele, eu o imitarei; tomarei o cuidado, tão apenas, de tirar os cacos de vidros". Daí a exigência de educar a criança para desenvolver livremente a necessidade de mover-se, de brincar e de tomar posse de seu próprio corpo. Por isso, Rousseau (1995, p. 79) acrescenta que:

O mais perigoso intervalo da vida humana é o que vai do nascimento à idade dos doze anos. É o momento em que germinam os erros e os vícios, sem que se tenha ainda, algum instrumento para destruí-los; quando o instrumento se apresenta, afinal, as raízes são tão profundas que já não se faz possível arrancá-las.

Destarte, Dent (1992) reitera que na adolescência, idade que representa a força ou 'idade do útil', é preciso desenvolver uma educação intelectual, estimulando no educando o gosto de aprender com experiências e situações concretas e não com lições abstratas, pois ele ainda não estaria preparado fisiologicamente para tal coisa. Devido a isso, o método de estudo deve ser empírico e não sistemático, pois todo o seu saber está na sensação e não no entendimento.

Dos quinze aos vinte e dois anos, idade da razão e das paixões, a atenção concentra-se na dimensão moral, onde ocorrem as primeiras amizades com outros homens e o despertar das paixões, surge, então, a necessidade de compartilhar os

sofrimentos do próximo e esforçar-se por aliviá-los, pois é na dimensão moral e comunitária da vida individual que começa o seu ingresso efetivo no mundo dos deveres sociais. Além do estudo das matérias de formação humanística e da concepção religiosa de mundo. Sobre isto, Cambi (1999, p. 350) diz “agora homem, enquanto dotado de paixão e de razão, Emílio pode livremente apaixonar-se e procurar a sua Sofia (a mulher ideal)”.

No quinto estágio, que é o da idade de sabedoria e do casamento, o homem está preparado para viver sua história de amor e educar seus filhos. Rousseau descreve a relação de Emílio com Sofia, onde ele descobre a natureza do amor, porém é obrigado a fazer uma viagem e deixá-la, a fim de dominar suas paixões. Nesta fase a mulher é exaltada como modelo de virtude e sabedoria, porém vista como naturalmente submetida ao poder masculino, diferentemente da liberdade e autonomia desejada para o homem. Rousseau desenvolve também, um projeto de educação social e político que Emílio realizará por meio de viagens, do estudo das características dos vários povos e do estudo das línguas. Rousseau finaliza sua obra confirmando o profundo valor educacional e político, do *Emílio* (CAMBI, 1999).

Para Rousseau tudo depende da política e ao mesmo tempo é um problema moral, pois ambas estão estritamente vinculadas. Assim, a educação, antes de ser um problema de técnica higiênica, didática e psicológica é um problema político. Deste modo, a era das luzes e das grandes enciclopédias juntamente com as coletâneas clássicas, marca uma virada na história da cultura, onde a arte é admitida como ciência junto às demais ciências. Neste contexto, a filosofia que era vista de forma tímida se torna corajosa e reivindica seu lugar e sua dignidade na formação e na atividade do homem.

Com Rousseau, há uma revolução na forma de educar, privilegiando acima de tudo o educando e ao mesmo tempo se coloca em segundo plano a transmissão do saber já pronto. Rousseau enfrenta com clareza o problema ficando do lado da criança, considerando-a não como um adulto, mas a partir de sua própria condição de ser criança. Porém, não se pode deduzir que esta visão de Rousseau seja egocêntrica, pois levar a criança a tomar consciência de sua natureza não significa distanciá-la do aspecto social.

Rousseau redescobre a educação dos sentidos, valorizando o jogo, o trabalho manual, o exercício físico e a higiene como fundamentais para o desenvolvimento



pleno da criança, onde a experiência direta das coisas é essencial. Ao mesmo tempo, rejeita subsídios didáticos já prontos, estimulando a criatividade do educando e não a memorização de conteúdos. Estas observações constituem um conjunto de ideias que delineiam a ação inovadora e libertadora, inserindo o educando dentro do processo dinâmico da construção social. Portanto, a novidade que Rousseau traz consiste na relação que ele estabelece entre educação e sociedade.

#### 4 A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE PARA A EDUCAÇÃO SEGUNDO ROUSSEAU

Na obra *Contrato Social*, Rousseau considera a vida social a base de um contrato em que cada contratante condiciona sua liberdade ao bem da comunidade, procurando proceder sempre de acordo com as aspirações da maioria.

Desta forma, o pacto social é apresentado como uma possibilidade de o homem, através do acordo coletivo, tornar-se um cidadão de direitos. Através da proposição, “o homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros” (ROUSSEAU, 1999, p.10) identifica que o homem em sociedade perde sua liberdade natural, porém, isso não o pode fazer escravo do destino, mas capaz de decidir sobre a sua vida em conjunto com os demais homens.

No *Emílio*, Rousseau (1995), afirma que o homem da natureza, difere radicalmente do homem civil e que somente a educação pode reverter essa condição. Por isso, a criança, desde os primeiros anos de vida deve ser orientada a fazer aquilo que “pede” a sua natureza, a qual exige que no âmbito físico, a liberdade natural da criança seja identificada à necessidade natural de movimento, que, se interrompida pode criar obstáculos e engendrar efeitos físicos nefastos ao seu desenvolvimento normal.

Sendo a liberdade um bem, Rousseau (1995) identifica a necessidade de movimento como a sua primeira manifestação, e este não pode ser tolhido por nenhuma justificativa. Nessa perspectiva, se deve respeitar a liberdade física da criança, porque é benéfica para o desenvolvimento de seu corpo. Contudo, a autêntica manifestação da liberdade ultrapassa a liberdade inicial de movimento e se transforma numa liberdade da vontade, adquirida num nível moral.

Sendo naturalmente livre, mas ao mesmo tempo naturalmente fraca, a criança depende dos outros para sobreviver usufruindo, portanto, “de uma liberdade imperfeita, semelhante àquela que gozam os homens no estado civil” (ROUSSEAU, 1995, p.77), contudo, além disso, algumas vivem numa espécie de escravidão em relação às suas necessidades e paixões não atingindo nem mesmo a liberdade limitada, o que é fruto de uma educação deficiente que não soube segundo Rousseau (1995), distinguir com cuidado a verdadeira necessidade, a necessidade

natural, da necessidade de fantasia que começa a nascer, acostumando a criança ao péssimo hábito de tudo adquirir sem nenhuma reserva.

A noção de limites manifesta segundo Rousseau (1995), a consciência e a moralidade, onde a experiência da falta e do remorso são provas da liberdade da vontade. Entregue às tentações o homem age movido pelo impulso dos objetos externos, ou seja, guiado pela lei do corpo, a voz da alma não se faz ouvir apagando o sentimento de liberdade. O homem realmente livre faz tudo o que lhe agrada e convém, porque é guiado por sua alma e age de acordo com seus desejos detendo-se aos meios adequados e adquirindo força suficiente para realizá-los.

#### 4.1 O PACTO SOCIAL COMO POSSIBILIDADE DE RESTABELECER A LIBERDADE

Para Rousseau (1995), a sociedade corrompida destrói a autossuficiência do homem natural, criando nele necessidades artificiais (fantasias), que multiplicam os seus desejos tornando-os ilimitados. Diante disso, com forças limitadas o homem se vê impotente diante das paixões e dos desejos, podendo superá-los submetendo-se à vontade dos outros, no entanto, não viverá de forma autônoma.

Em sociedade, a liberdade só se realiza no momento em que, pelo viés das leis e de outras instituições, está submetida à vontade de outrem, não sendo a vontade pública que prevalece, mas a vontade particular ou de um indivíduo, ou de um grupo, ou de uma classe social, e, essa dependência à vontade particular constitui de acordo com Rousseau (1995) o pior dos males. Já o homem natural não escapa da dependência das coisas, mas da dependência dos homens, não fazendo exatamente aquilo que quer, mas, ao mesmo tempo, não estando submetido a uma vontade particular.

Rousseau (2006, p.371) afirma que a liberdade “consiste menos em fazer sua vontade do que submeter-se à dos outros; consiste, ainda, em não submeter a vontade de outrem à nossa. Quem quer que seja mestre, não pode ser livre: reinar é obedecer.” Assim, a liberdade em sociedade, só é assegurada quando as leis às quais obedecemos são todas tão impessoais e inflexíveis quanto as leis da natureza, contudo, os homens jamais viverão numa sociedade onde as leis positivas serão tão inflexíveis como as leis da natureza; eles podem, na melhor das hipóteses, receber

uma educação que leve em consideração uma forma de liberdade que lhes é mais acessível e racional.

Para Rousseau, a educação deve ser, ao mesmo tempo, pela e para a liberdade. Em o *Emílio*, Rousseau (1995) reitera que é preciso respeitar a liberdade da criança e criar à sua volta um clima propício para a sua reprodução. Nesse contexto o hábito representa uma forma de servidão, por isso, se faz necessário encaminhar a criança a ser senhora de suas próprias necessidades e não a adquirir hábitos.

Para Rousseau (1995), as regras devem ser transmitidas, no sentido de tornar a criança mais livre e menos dominada, fazendo mais por si mesma e exigindo menos dos outros, pois a vida de homem livre requer superar as formas de dependência estabelecidas com os outros homens, ou seja, se libertar da dependência social causadora de todos os vícios. Por isso, Rousseau (1995) diz que é preciso oferecer um aprendizado sobre a necessidade e evitar as influências da opinião dos outros. Inicialmente a necessidade se apresenta sob a forma das penas, isto é, das dores físicas que não devem ser economizadas à criança, uma vez que faz parte da própria condição humana, destarte, o bom educador não é aquele que facilita a vida da criança, mas aquele que considera seu próprio ritmo de desenvolvimento, permitindo que ela supere seus próprios obstáculos.

O homem só será livre se permanecer invulnerável a toda mudança, transcendendo o fluxo e o refluxo da fortuna, resguardando a tranquilidade da alma e preservando o seu “lugar” em meio aos acontecimentos. É com as necessidades que o homem aprende uma profissão e adquire a condição que o tornará imune às vicissitudes da fortuna. Ser submisso à lei da necessidade é uma condição inevitável para a liberdade, pois o homem só a adquire plenamente quando passa a controlar as suas paixões, quando ele se torna um ser virtuoso.

De acordo com Rousseau (1995, p.357), para o sábio, as leis eternas da natureza e da ordem são escritas no fundo do seu coração pela consciência e pela razão, devendo a elas sujeitar-se para ser livre. As necessidades naturais ajudam preparar a criança para o controle de si mesma levando-a a aspirar pelos maiores anseios. Já as necessidades artificiais a tornam escrava dos outros. Por isso, a criança deve sentir a sua debilidade e perceber que os choramingos são inúteis e os gritos não se transformarão em ordens. Suas necessidades artificiais não podem

encontrar nenhuma complacência por parte dos adultos, isso irá ajudá-la a tornar-se paciente, calma, resignada, tranquila, mesmo quando não tiver obtido o que queria, pois faz parte da natureza do homem suportar pacientemente a necessidade das coisas, mas não a má vontade do outro.

Rousseau, (1995, p.320) ressalta que:

(...) se quiseses viver feliz e sabiamente (...) estende a lei da necessidade às coisas morais, aprende a perder o que te pode ser retirado; aprende a deixar tudo quando a virtude o ordena, a colocar-te acima dos acontecimentos, a afastar deles o teu coração antes que eles o dilacerem, a ser corajoso na adversidade, para nunca seres miserável, a ser constante em teu dever, para nunca seres criminoso. Então, serás feliz apesar da fortuna e prudente apesar das paixões.

Percebe-se que bem mais que um tratado de bondade natural, a obra *Emílio*, de acordo com Fortes (1989, p.73) é um verdadeiro “tratado da liberdade”, afirmando a liberdade humana em suas diversas formas, assegura que a ideia de liberdade é central para a filosofia política de Rousseau, pois em suas principais obras é possível constatar que o humano no homem se define essencialmente pela liberdade, que é também o princípio fundador e diretor da ação moral e política dos indivíduos.

## 4.2 LIBERDADE E EDUCAÇÃO

A grande conquista da liberdade para Rousseau (1999) está diretamente relacionada ao educar desde os primeiros anos de vida, utilizando a natureza dos sentidos própria dos homens, para conduzir suas ações. A liberdade está na natureza, no ser humano em seu estado natural. A tarefa da filosofia é libertar o homem das cadeias impostas pela civilização, devolvê-lo à primitiva liberdade. Jamais o uso de uma racionalidade férrea e fria pode dar uma resposta verdadeira ao dilema fundamental da política de como garantir essa liberdade individual. Não se trata, pois, de explicar quais liberdades individuais devem ser submetidas a controle e quais comportamentos, ao contrário, devem ser deixados ao livre arbítrio subjetivo, que é fundamentado na força.

A liberdade real e a social, constituída pelo relacionamento autônomo e igualitário dos homens, fora da sociedade perde seu referencial, sendo ela, em sua

plenitude, seu isolamento. O homem é servo de suas necessidades imediatas e demais forças da natureza, mas apenas com a fundação da cultura e da sociedade é capaz de começar a fundar a liberdade. A excelência da liberdade se dará quando todos os indivíduos se tornarem livres, pois o homem, isolado não pode ter consciência de sua liberdade, entretanto, liberdade necessita de reflexão mútua e não de exclusão.

De acordo com Rousseau a liberdade não é fazer tudo o que se quer indistintamente. Para ele (1995, p. 75) “o querer livre é limitado pelo poder. Tua liberdade, teu poder só vão até onde vão tuas forças naturais, e não além, todo o resto não passa de uma escravidão, de ilusão e de prestígio”.

Assim, a liberdade não apenas é um direito, mas um dever imprescindível da natureza humana, que exige a igualdade dos homens em virtude da natureza comum, tal natureza humana sem os males da civilização produz frutos de fraternidade universal. Segundo Rousseau (1999, p. 76):

A liberdade não apenas é um direito, mas um dever imprescindível da natureza humana, que exige também a igualdade dos homens, em virtude, precisamente da natureza comum, pode ser qualificada como a mais alta expressão da bondade natural, mesmo porque a liberdade é o principal elemento a corroborar com o bem-estar da criatura humana. Ou melhor, a liberdade é o elemento que aglutina ao mesmo tempo a qualidade do natural e da obra. O homem verdadeiramente livre só quer o que pode e faz o que lhe agrada.

Se tal é a autêntica manifestação da liberdade, só o homem da natureza é livre, pois, têm forças suficientes para satisfazer suas necessidades.

Por sua fraqueza, a criança não goza da mesma vantagem, suas necessidades ultrapassam sempre suas forças. Algumas crianças, porém, não parecem nem mesmo atingir esta liberdade imperfeita e vivem, por isso, numa espécie de escravidão em relação às suas necessidades e paixões.

O homem realmente livre faz tudo o que lhe agrada e convém, basta apenas deter os meios e adquirir a força suficiente para realizar os seus desejos. Esta espécie de autossuficiência, assegurada ao homem no estado de natureza, se desfaz ou é destruída pela sociedade corrompida que multiplica os desejos tornando-os ilimitados. Para Rousseau (1995, p. 549) “em rigor, todo homem permanece livre, correndo seus riscos, em qualquer lugar que nasça, a menos que

se submetam voluntariamente às leis para adquirir o direito de ser por elas protegido”.

Querer satisfazer suas necessidades artificiais significa submeter-se inevitavelmente à vontade dos outros. Por isso, para Rousseau os homens jamais vivem numa sociedade onde as leis positivas são tão máximas como as leis da natureza, na melhor das hipóteses podem receber uma educação que leve em consideração uma forma de liberdade que lhes é mais acessível e racional.

Ao longo de *Emílio*, o autor reitera incansavelmente sua recomendação segundo a qual é preciso respeitar a liberdade da criança e criar à sua volta um clima propício para a sua produção. Afirma ele (1999, p. 67) que “o homem realmente livre só quer o que pode e faz o que lhe apraz”.

Com seu crescimento, a criança ganha espaço para se deslocar com toda liberdade e praticar jogos que lhe possibilitem o exercício dos membros. Esta educação pela liberdade rejeita o hábito, pois ele representa uma forma de servidão, e se desejam que a criança mais tarde se comporte como um homem livre é preciso que ela seja desde o início senhora de suas próprias necessidades.

Neste sentido, esta educação é ao mesmo tempo uma educação para a liberdade. Para conduzir uma vida de homem livre é preciso superar as formas de dependência estabelecidas com os outros homens, pois de acordo com Rousseau (1995, p. 325) “o homem é, portanto livre em suas ações e, como tal, animado por uma substância imaterial”.

No entanto, como preparar a criança para esse controle de si mesma, para essa liberdade moral? Para uma criança que não alcançou ainda a idade da razão, deve-se seguir a regra da necessidade. No homem, o humano se define essencialmente pela liberdade. Essa liberdade é um princípio fundador e diretor da ação moral e política dos indivíduos.

Por outro fator, Rousseau (1999) postula que, o homem não tem autoridade sobre os seus semelhantes e que todos nascem livres e iguais, portanto, renunciar a sua liberdade é renunciar a sua qualidade de homem, e aos direitos de humanidade, incluindo os seus deveres. Assim, não há compensação possível para aquele que renuncia ao todo, porque essa renúncia é incompatível com a natureza do homem e, desta forma, anular toda liberdade equivale a anular toda a moralidade. É preciso a

busca por meios de estabelecimento e justificativa à soberania e à autoridade coletiva sem menosprezar a liberdade individual. O problema encontra-se entre a autoridade e a liberdade. A liberdade é inalienável e a autoridade reclama a obediência, que é necessária para a construção de uma sociedade.

Rousseau (1999) defende uma fórmula à sociedade na qual cada indivíduo possui todos os seus direitos, não em favor de todos os outros indivíduos, mas sim em favor da comunidade, dando-se a cada um por inteiro, sendo como condição a igualdade para todos e dando-se cada um a todos, nada em absoluto de maneira particularizada. Nesse sentido, todos os membros da comunidade formam um só corpo e aquele que se recusa a obedecer à vontade geral é obrigado por todos a fazê-lo, ou seja, que se obriga a ser livre.

Esse pacto social produz no homem uma mudança notável, fá-lo deixar de conduzir-se pela conduta do instinto, deixar de pensar só em si de uma hora para outra, o obriga a consultar sua razão sempre antes de satisfazer seus caprichos. Diz Rousseau que, com essa mudança o homem perde e ganha, ou seja, por um lado perde sua liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que lhe diz respeito, ao que pode alcançar, mas por outro, ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui, além da liberdade moral. Para Dent (1996, p. 159) “uma vez que essa liberdade representa a base e o campo para a ação desimpedida própria de alguém que respeita e acata o valor e as qualificações de todas as outras pessoas, indistintamente, poder-se-ia dar-lhe o nome de liberdade moral”.

Sendo assim, a liberdade natural não tem outros limites, a não ser as forças individuais que, por vezes, são insuficientes, já a liberdade civil é delimitada pela vontade geral. Nesse sentido, a liberdade natural transformada (desnaturada), é, a faculdade que possui cada um de fazer a predominância sobre a sua vontade particular e a sua vontade geral. De certa maneira, desaparece o amor a si mesmo em proveito do amor do grupo. Assim, obedecer ao soberano, ao povo em conjunto é verdadeiramente ser livre.

Portanto, conforme afirma Rousseau (1999), pode-se 'forçar' alguém a ser livre. Esta imposição se revela, principalmente quando se reduz à obediência pela força, aquele que, dominado por sua vontade particular, recusa a submeter-se à vontade geral, que é a sua, tanto quanto de qualquer outro, quando se exige a



submissão da minoria às leis votadas pela maioria. Assim, impor a vontade geral é realizar a liberdade e não violá-la.

#### 4.3 EDUCAÇÃO: PARA A LIBERDADE OU APRISIONAMENTO SOCIAL?

Diferentemente de seus contemporâneos, Rousseau não pretende ‘fabricar uma educação’ que remodele o homem ou o torne um humanista, antes, rejeita as técnicas ‘tradicionais’ ou ‘inovadoras’, rompendo com todos os modelos e proclamando que a criança não tem que se tornar outra coisa senão naquilo que ela deve ser. Segundo Soëtard (2010 p. 14), Rousseau pretende um novo modelo de educação, uma educação para a liberdade, segundo ele “viver é o ofício que eu quero lhe ensinar. Saindo de minhas mãos ela não será, reconheço, nem magistrado, nem soldado, nem sacerdote; antes de tudo ela será um homem”.

Assim, Rousseau busca criar uma proposta pedagógica tratando as questões educacionais dentro da generalidade da vida, se preocupando em auxiliar a realização de uma reforma em toda a sociedade.

A obra *O Contrato Social*, que corresponde a um modelo de educação social e política versa sobre o desenvolvimento do cidadão, onde este deve ser conduzido a criar a sua ‘própria lei’, a tornar-se autônomo, ou seja, a agir de uma forma específica que permita o encontro do desejo (natural) e da lei (estabelecida).

Já a obra *Emílio*, representa o modelo de educação natural e libertária que privilegia a formação do homem enquanto indivíduo. Ambas representam as duas faces do pensamento de Rousseau e os dois caminhos para alcançar a regeneração social e o renascimento do homem moral.

Portanto, a partir disto pode-se afirmar que a educação concebida por Rousseau tem um caráter libertário, embora se construa numa coletividade assumindo valores determinados pela vontade geral.

## 5 A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE PARA A EDUCAÇÃO SEGUNDO ROUSSEAU

### 5.1 AUTONOMIA E LIBERDADE

De acordo com Lazarini (1998), no *Emílio*, Rousseau propõe a formação do homem solidário, mas preparado para não ceder diante das moléstias da sociedade, sendo formado para a convivência solidária e não se deixando levar pelos vícios predominantes na sociedade moderna. Rousseau (1995) afirma que Deus criou o homem para ser livre, bom e feliz e o abuso dessas faculdades o torna mau e infeliz.

Para Rousseau a educação não pode ser apenas formal, baseada em princípios metafísicos e escolásticos, pois desta forma ela cria homens descomprometidos com a realidade, não levando em conta as necessidades do homem concreto. Diz Rousseau, (1995, p. 14):

Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos a que chamam colégios. Não levo em conta tampouco a educação da sociedade, porque essa educação, tendendo para dois fins contrários, erra ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras, parecendo sempre tudo subordinar aos outros e não subordinando nada senão a si mesmos. Ora, essas demonstrações sendo comuns não iludem ninguém. São cuidados perdidos.

Em contraponto a isso, a educação deve ser tratada de maneira conjunta com as relações sociais em geral. Em *Emílio*, Rousseau (1995), expõe uma concepção precisa de homem natural, racional e moral, além de um itinerário de formação, onde se aplica a regra de como seguir a vida que a natureza traçou e crescer apropriando-se dos conhecimentos que lhe são úteis, isto é, aprendidos no tempo certo, quando a maturidade psicológica permite tal assimilação. Nesse processo o papel do preceptor deve evitar qualquer antecipação perigosa, pois de acordo com Rousseau (1995, p. 77) “a cada instrução precoce que se quer fazer entrar na cabeça deles, planta-se um vício no fundo de seus corações”.

Assim, Rousseau mostra a necessidade de desenvolver no educando todas as condições intelectuais, tornando-o apto a receber, da melhor forma possível, todas as informações e conteúdos que lhe são destinados, cada qual no seu tempo

certo, de modo a fazer com que o educando desenvolva suas potencialidades de forma livre e autônoma, sem se deixar levar pela vontade alheia.

Como vimos acima, Rousseau (1995) desenvolve a teoria de não intervenção por parte do educador, que deve apenas acompanhar o crescimento de seu educando, mantendo-o longe das influências da sociedade corrupta. Será o seu próprio desenvolvimento que o levará aos estágios mais complexos de seu intelecto e da sua moral. Ao mesmo tempo Rousseau enfatiza a importância de não acelerar esse processo que é natural e livre, além da importância de não fixar nem horários nem programas muito rígidos, Rousseau (1995, p. 76-77-78) também se contrapõem aos castigos artificiais. Diz ele:

Não lhe ordeneis nunca nada, absolutamente nada. Não lhe deixeis sequer imaginar que pretendeis ter alguma autoridade sobre ele. Que ele saiba apenas que é fraco e que sois forte; que, em virtude de sua posição e da vossa, ele se acha necessariamente à vossa mercê. [...] Não lhes proibais nada do que deve abster-se; impedi-lo de fazê-lo, sem explicações, sem argumentação; o que lhe concedeis, concedei-o a seu primeiro pedido, sem solicitações, sem súplica, condições, sobretudo. [...] Não deis a vosso aluno nenhuma espécie de lição verbal; só da experiência ele as deve receber; não lhe inflijais nenhuma espécie de castigo, pois ele não sabe o que seja cometer uma falta; não lhe façais nunca pedir perdão, porquanto não pode ofender-vos. Desprovido de qualquer moral em suas ações, nada pode ele fazer seja moralmente mal e que mereça castigo ou admoestação.

A esse respeito, Santos (2009) coloca que, Rousseau reconhece então, o educando como sujeito autônomo e ressalta a importância da fase infantil e suas singularidades, além de inserir a criança, enquanto aprendiz, no centro do processo educacional. Assim, a centralidade educacional não está no educador, na escola, no conteúdo ou no método, mas sim no próprio educando. Apesar, dessa concepção não se pode negar a importância do professor, pois é por meio da interação com ele que o aluno aprende, portanto o educador é sempre um modelo a ser seguido.

A autora afirma ainda, que a educação não vem de fora do aluno, mas que é sua expressão livre no contato com a natureza, Rousseau chama isso de aprendizagem motivada, da qual recomenda no trabalho com as crianças a realização de atividades com brinquedos, com esportes, com linguagem, com canto, com aritmética, com agricultura e com vários instrumentos. Rousseau dizia que a educação se inicia pelo desenvolvimento das sensações, dos sentimentos, não

precisando abafar os instintos, os sentidos, as emoções, os sentimentos que são anteriores ao próprio pensamento elaborado. Segundo ele por meio dessas atividades, haveria uma motivação do educando para a aprendizagem.

Sendo assim, para Rousseau todo homem é educado pela natureza. Toda aprendizagem deve acontecer em contato com as coisas. Assim, fica a cargo das próprias coisas, exercer o papel de correção sobre os instintos e a liberdade da criança. É por meio desse contato, que a criança cresce moralmente e intelectualmente e o educador só deverá intervir no crescimento, se for por meio de sua interação com o meio. (CAMBI, 1999).

Rousseau (1995) aponta a justiça como o caminho para a felicidade. Segundo ele, o homem é inteligente quando raciocina e poderoso quando age por meios adequados e não por fins idealizados. A moralidade de suas ações está no julgamento que tem de si mesmo e tudo lhe é indiferente, à exceção dos seus interesses. O bom emprego da liberdade se torna ao longo do tempo o mérito e a recompensa pelas ações bem delineadas. O homem não deve ser guiado pelos ensinamentos do berço, nem pela autoridade dos pais ou dos pastores, mas deve submeter ao exame da consciência e da razão tudo o que lhe foi ensinado desde a infância para que assim possa viver de forma livre e autônoma, praticando acima de tudo a justiça.

## 5.2 A AUTONOMIA COMO REQUISITO PARA A VIVÊNCIA DA LIBERDADE

Rousseau (1995) valoriza a espontaneidade ao invés dos castigos, pois, segundo ele, a experiência é a melhor conselheira, levando o indivíduo a pensar por si próprio. Assim, desde a infância a pessoa é estimulada a buscar o desenvolvimento de sua autonomia. Somente agindo por interesses naturais e não por imposição de regras exteriores artificiais é que o homem pode ser dono de si próprio.

No contexto de sua época, Rousseau revolucionou com seus princípios educacionais que permanecem até os nossos dias, colocando o aluno no centro do processo da aprendizagem, e não o professor, sendo que a verdadeira finalidade da educação era ensinar a criança a viver e aprender a exercer a liberdade.

Rousseau (1995) percebe a necessidade de conhecer o homem natural, para se obter a conciliação entre a formação do homem e do cidadão. Alguns críticos o consideram elitista, uma vez que Emílio é acompanhado por um preceptor, outros o declaram individualista por afastar o aluno da sociedade.

Para Rousseau (1995) o rompimento com o estado de natureza leva o homem ao sofrimento, ou seja, para ser livre o homem deve viver uma vida moralmente regrada, impondo-se a si mesmo os limites de sua ação. Quem não sabe suportar um pouco de sofrimento deve esperar sofrer muito. Por outro lado Rousseau (1995, p. 326) acrescenta, “quem pode tudo amplia a sua existência com a de outros seres”, no entanto, quem pode tudo não deve agir senão conforme o bem.

### 5.3 A EDUCAÇÃO COMO POSSÍVEL FORMA DE ALCANÇAR A AUTONOMIA

O processo educacional tem como finalidade construir um sujeito humano, ético e político, que consiga se guiar pela vontade e se tornar senhor de si. O mundo do educando deve ser respeitado desde a infância, mas ao mesmo tempo se deve cuidar para que conheça os limites morais e políticos, tornando-se senhor de si, pois só assim terá condições de se disciplinar e se tornar autônomo.

A autonomia consiste em saber distinguir as necessidades reais das necessidades que são supérfluas. O educando deve ser capaz de desenvolver a sua formação cognitiva sem simplesmente reproduzir o que está dado de fora.

O modo de agir e de decidir no mundo precisa estar em acordo com os desejos, vontades e limites impostos pela natureza ao educando, considerando que a própria cultura em que o educando vive é parte desse processo natural, pois assim ele será capaz de reconhecer por si só esses limites e aos poucos ir vencendo.

A educação prejudica o educando na medida em que facilita os processos retirando dele a responsabilidade. O sofrimento advindo da falta, ausência ou dor física é natural e possibilita ao educando aprender a superar suas dificuldades ou a suportá-las, tornando-o mais forte, reconhecendo que a ânsia de viver faz o homem suportar o sofrimento.

Ser livre é natural ao homem, contudo, no convívio social são de extrema importância o respeito e o limite. Ter consciência de que não se pode ter tudo o que quer é fundamental para evitar o sofrimento que desencadeia frustração, raiva e o crime.

O amor de si mesmo deve superar o amor próprio, pois o sujeito guiado pelo amor próprio torna-se egoísta e autoritário, prejudicando o convívio social, excluindo o outro de suas relações, oprimindo aqueles que se encontram à sua volta, tornando-se neurótico e retirando a sua liberdade. Já o amor de si mesmo desenvolve o respeito a si, ao outro e ao mundo à sua volta, sendo um sentimento que possibilita um desenvolvimento autônomo, permitindo controlar os desejos e o egocentrismo.

A liberdade humana requer viver conforme a razão, a consciência de si e a vontade, porém não consistindo em fazer o que se quer, nem se deixando levar pelos desejos. A educação deve retirar a pessoa da selvageria onde não existem regras, lei ou moral. As verdadeiras necessidades devem ser distinguidas das falsas necessidades impostas pela sociedade baseada no luxo e na ostentação.

A natureza é a base do direito e da liberdade e conseqüentemente a norma das ações, sentimentos, paixões e afetos humanos. Quando criança, o indivíduo deve escutar a voz da natureza, porém na idade adulta, a voz da consciência deve ser o seu guia moral e o critério para julgar a própria sociabilidade, levando-o a decidir por conta própria, ou seja, de forma autônoma.

O sujeito desenvolve a voz da consciência quando nos anos iniciais de sua vida escuta a voz da natureza e a sua melhoria moral se dará se este for capaz de escutar a voz da natureza que lhe fala pela consciência. Daí decorre que o educando deve mover-se com pensamentos próprios e não pode ser influenciado por ninguém e nem pela opinião alheia. Nesse processo, o papel do professor é muito pequeno.

Escutando a voz da consciência o educando é chamado a ser autêntico, a não se comprometer com o mundo das aparências, a não se comparar com os outros e nem se entregar ao olhar do outro. A voz da consciência deve ser o guia de sua vontade levando-o a desenvolver a sua razão, não submetendo a sua vontade a um objeto ou a outra pessoa. O indivíduo se torna autônomo na sua deliberação e também racional ao regular os seus sentimentos para sentir o que é certo no tempo certo.

O processo natural de educação tem como função desenvolver uma formação autônoma, racional e sensível, que possibilite o indivíduo viver em sintonia com o seu interior e com o mundo, tendo a capacidade de ser crítico e argumentar as suas próprias posições, tornando-se autêntico, responsável e sendo assim

verdadeiramente livre, pois a própria natureza propicia uma razão superior a das convenções morais e sociais e à da razão científica.

O ser livre é capaz de sentir a bondade convivendo e respeitando os demais e sendo orientado pela vontade geral, porém devendo buscar o que quer com seus próprios braços e não a partir do outro, pois, neste processo, o outro não é meio para nada, contudo deve ser respeitado na sua posição.

Destarte, a vivência das virtudes torna o homem livre, comprometido com aquilo que é importante para a vida individual e social, afastando-o dos preconceitos morais e de toda depravação social. A consciência moral do indivíduo não depende de definições e convenções alheias ao seu próprio entendimento individual, mas consiste no fato de que ele deverá seguir a sua própria natureza.

Rousseau (1995), afirma que a ciência que deve ser ensinada às crianças é a dos deveres de homem. Embora Rousseau insista para que se trate a criança como criança, determina que a finalidade da educação seja a de transformá-la em homem. Para isso, procura, por meio de máximas, orientar o seu leitor tanto da sua necessidade quanto da sua eficiência nesse propósito, sem perder a direção de que “o espírito dessas regras está em conceder às crianças mais liberdade e menos voluntariedade, em deixá-las com que façam mais por si mesmas e exijam menos dos outros” (ROUSSEAU, 1995, p. 50), ou seja, Rousseau propõe que as crianças se desenvolvam com autonomia, utilizando-se da sua liberdade para a promoção do desenvolvimento pessoal.

Por conseguinte, Rousseau apresenta uma proposta pedagógica libertadora, que destaca a responsabilidade da criança, promovendo a sua autonomia.

#### 5.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DAS IDEIAS DE ROUSSEAU EM SALA DE AULA

O ensino da filosofia em sala de aula para o Ensino Médio coloca-se como um desafio constante e que exige repensar as práticas adotadas para que a filosofia se torne uma disciplina que ajudará os alunos a superarem os preconceitos estabelecidos por uma classe social dominante, de que a filosofia não tem importância alguma, levando-os a pensarem sobre sua própria vida e a fazerem conexão com a realidade em que estão inseridos, identificando o papel que têm na transformação da sociedade.

Para tanto, a filosofia de Rousseau tem o propósito de ser um pensamento voltado a contribuir neste processo, oferecendo ferramentas de reflexão que possibilitarão repensar as práticas do ensino da filosofia no contexto da educação básica, visando estimular a criatividade e levar o educando a desenvolver sua própria autonomia. Assim o papel da filosofia pode constituir-se numa constante busca de fundamentação das ações pedagógicas, remetendo a educação para o contexto do pensamento e da tradição que, em linhas gerais, continuam sendo nossos referenciais conceituais.

Não há como negar o fato de que a educação insere-se no contexto das profundas mudanças econômicas, culturais, políticas, éticas e sociais que marcaram toda a modernidade e que continuam a determinar as relações humanas na atualidade. Por isso, a proposta de Rousseau permanece viva na medida em que visa colocar o homem diante de si mesmo, como a sua “própria medida”, empenhado na construção de um mundo que corresponda aos seus desejos e aspirações, contudo, fundado no pressuposto das capacidades racionais.

Ao considerar o indivíduo e a sociedade, Rousseau propõe uma compreensão essencialmente boa do homem, ao menos enquanto indivíduo, voltado à emancipação cultural que possibilite o seu pleno desenvolvimento, superando, pela razão, o posicionamento dogmático e autoritário que se impõe através de ensinamentos doutrinários, que causam sofrimento e submissão. Neste contexto, o mundo não existe para ser contemplado, mas modificado segundo as necessidades, os desejos e os interesses racionais do indivíduo, visando o bem estar de todos.

Através de seu pensamento, Rousseau aponta as causas da infelicidade humana como sendo fruto das escolhas individuais, realizadas com base na constituição social, na noção de progresso e aquisição de conhecimentos provindos das ciências e das artes, e não do seguimento de sua natureza, uma vez que o homem é naturalmente bom. Segundo ele, a sociedade humana leva os homens a se odiarem entre si, à medida que seus interesses se cruzam, causando todos os males imagináveis. A possibilidade de reencontrar a felicidade se torna real, conforme é construída a fundamentação do saber humano e o processo educativo com procedimentos filosóficos de conhecimento da verdade que liberte o indivíduo e o faça agir de forma autônoma.

O processo de retorno à natureza centrado no sujeito como elemento articulador de sentido indica as condições em que é possível a sociabilidade sem



negar o estado natural original. A liberdade natural dos indivíduos é fundamentada na igualdade, sendo esta a condição de legitimidade da sociedade. Seguindo sua natureza, o homem basta a si mesmo e se constitui cidadão pelo viés da educação moral e política.

É importante enfatizar que o objetivo humano de ser feliz, passa pela via da educação que tem um papel libertador que só pode ser alcançado pela razão que articula e indica aquilo que deve ser realizado para o bem individual e social.

Enquanto exercício da autonomia, a educação é capaz de libertar o indivíduo das opiniões e da alienação. A autonomia, característica do homem na natureza, é alcançada pelo educando na medida em que ele se torna autossuficiente. Para a criança, o processo pedagógico permite fazer a experiência da liberdade sem os tormentos das exigências da vida social adulta. Neste processo, a função do educador é apenas conduzir, sem alterar esse processo autônomo, apenas levando o aluno a evitar o mau uso da liberdade.

Podemos perceber que, a liberdade no processo educativo exerce uma função normativa na qual a consciência dessa liberdade aparece como constitutiva do homem na sua integralidade, conduzindo-o ao amor de si, que possibilita a sua identificação com os outros homens, diferentemente do amor próprio, que o isola e o torna egoísta. Assim como Rousseau, acreditamos que a educação do cidadão e o seu melhoramento são possíveis, na medida em que sejam criadas boas instituições.

É notável que Rousseau desenvolva o seu modelo de educação a partir de critérios morais, contudo seu pensamento não está limitado a uma mera aquisição de valores. Evidencia-se, antes de tudo, uma preocupação com a formação do ser humano na sua integralidade, bem como um interesse na formação do cidadão. A primazia da moralidade presente na concepção de educação reaussouniana se sustenta a partir do princípio de que o processo educativo abarca o ser humano na sua totalidade e, ao agir sobre o sujeito, a formação o considera na sua condição de pluralidade, de ser que possui um fim que se realiza no geral.

Para isso, a educação do caráter é fundamental, pois assegura que a pessoa deduza a regra de suas ações a partir de si mesma e da dignidade do gênero humano através de uma síntese racional. Por isso, os fatores coercitivos externos, mesmo considerados legítimos, não são suficientes para garantir o surgimento do

cidadão livre e autônomo, pois o sentido da educação não se reduz à mera e simples apropriação de conteúdos.

Nesse contexto, acreditamos que o método supera a aplicação de técnicas, possibilitando pensar os acontecimentos e situações concretas sem perder a relação com aquilo que seja fundamental ao agir humano, uma vez que a vida em sociedade exige disciplina e interiorização do pacto coletivo, de onde decorre que o indivíduo livre e autônomo é aquele que age de acordo com a vontade geral. Assim, a educação faz sentido e exerce o seu papel na medida em que ensina o indivíduo a pensar e ao mesmo tempo o conduz a uma autorreflexão.

Por outro lado, na ausência de um objetivo comum, a educação se tornará uma mera agregação de elementos culturais e conteúdos a serem memorizados, dispensáveis e inúteis e, em muitos casos, prejudiciais. A ausência da Ética no processo de formação do sujeito finda por romper a fundamental autonomia do sujeito enquanto ser que determina suas ações.

A partir deste ponto de vista entendemos que Rousseau, em parte, está certo na sua proposta educacional, que o ensino da Filosofia é em primeiro lugar um ensino moral, pois indivíduos íntegros e bons cidadãos nascem a partir de uma formação do caráter, que depende da autonomia do sujeito capaz de decidir a partir de suas próprias convicções racionais, contudo existem algumas situações que devem ser superadas, como por exemplo as formas tradicionais de ensino, onde o professor sabe tudo e o aluno é um mero receptor de conhecimentos, para que haja maior proveito daquilo a que o ensino da filosofia se propõe. Torna-se premente o diálogo que aproxime o aluno com seu contexto de vida, dos assuntos abordados em sala de aula, visando fornecer ferramentas que viabilizem melhor aproveitamento dos conteúdos filosóficos propostos pelo professor; há que se estabelecer um diálogo permanente e criativo, possibilitando a construção da cidadania pelo conhecimento e pela ação que ajudará na construção de uma sociedade melhor; há que propor uma didática que vise superar o preconceito do aluno em relação à filosofia, de que esta não agrega nada à sua vida, para que ela não se torne enfadonha e insuportável para os alunos; há que apresentar a filosofia como atividade, como pensar, como reflexão e argumentação sempre aberta e jamais permitindo uma afirmação dogmática, definitiva daquilo que é.

Vislumbra-se que essa atitude permanece como sendo a mais digna da humanidade e tarefa insubstituível da escola, enquanto lugar privilegiado da

formação do ser humano e do seu futuro. O ser humano, a todo instante renova seu desejo de sabedoria, e, a Filosofia deve renovar sempre o entusiasmo do aluno a ser amigo da sabedoria, mesmo não sendo, em momento algum, capaz de dar uma definição da Filosofia que responda a suas questões, pois aí consiste justamente a razão de ser da Filosofia, uma busca constante daquilo que jamais se encontra de forma definitiva. Por isso, vemos que a Filosofia de Rousseau pode reafirmar essa abertura, indicar caminhos para que a Filosofia possa desempenhar o seu importante papel na Educação do aluno.

A leitura de trechos das obras de Rousseau em sala de aula permitirá que o aluno entre em contato com as situações concretas da vida, possibilitando maior compreensão do seu cotidiano e de sua responsabilidade como pessoa. Diante de inúmeras situações as pessoas sentem-se confusas, assumindo valores que acabam não trazendo a satisfação de seus anseios humanos. Por isso, concerne que ainda hoje as ideias de Rousseau soam como um alento diante de tantos dilemas, podendo muito bem ser aplicadas, por exemplo, à sociedade de consumo e à corrupção, na qual não há liberdade, nem autonomia, mas vive-se preso ao dinheiro, o qual garante um poder de compra, que se constitui incapaz de assegurar aquilo que o ser humano tanto almeja que é a verdadeira liberdade e a sua plena autonomia.

Numa sociedade em que os meios de comunicação influenciam cada vez mais a vida de crianças e jovens, há um grande estímulo para o consumo de coisas, ao invés da obtenção de informação e conhecimento, alienando as pessoas e as tornando escravas daquilo que podem comprar.

Verifica-se na sociedade atual uma espécie de escravidão moderna diretamente ligada ao estilo de vida nas cidades, que submete os indivíduos, em especial as crianças e jovens, a uma forma de vida em total desconformidade à proposta de Rousseau, ou seja, não direcionadas à busca do bem viver, que segundo ele requer interação com a natureza e a sociedade, isso acaba conduzindo as pessoas ao isolamento do convívio com os demais. As relações que se estabelecem acabam por ser meramente formais, pois não se tem mais tempo para a convivência. O trabalho, o egoísmo e a insegurança acabam por afastar as pessoas umas das outras, conectando-as apenas por meios digitais, que na maioria das vezes, são relações superficiais.

Os espaços públicos tornaram-se secundários, devido ao individualismo, à competição, à maldade, à violência e outros tantos fatores que condicionam as pessoas a agirem de forma artificial. Problemas de mobilidade, casas cada vez menores, espaços reduzidos são cooptados pela televisão, internet, vídeo games, redes sociais, na maioria das vezes, mal utilizadas e que se tornam inúteis, conduzindo as pessoas à alienação individual e social.

Fatores como estes, que também interferem na educação, se fazem presentes na vida dos alunos. Diante disso, a reflexão filosófica é provocada a encontrar alternativas que contribuam para a superação destes e de tantos outros desafios, enfatizando no processo educativo uma formação da personalidade voltada para o amor de si e controladora do amor próprio, visando estimular no educando uma postura humanizada e cidadã, capaz de superar o amor próprio, o egoísmo e outras formas de corrupção que o “aprisionam” e o fazem agir causando prejuízo a si mesmo e à sociedade. O despertar da consciência do aluno pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, livre e autônoma.

Enfim, o educador deve estar preparado para identificar os diversos tipos de personalidade e de formas de vida que recebe em sua sala de aula e reelaborá-las na preparação para o convívio social em que os alunos já estão inseridos e que precisa ser repensado, pois a formação humana, política, econômica, social e ética depende do conhecimento que cada indivíduo possui, e, a proposta filosófica de Rousseau pode muito bem contribuir nesse sentido.

Como estratégias de sala de aula, propomos a criação de atividades pedagógicas atraentes, que possam de alguma forma, despertar a dimensão lúdica dos alunos, utilizando-se de recursos que fazem parte do seu cotidiano, a fim de que as ferramentas disponíveis venham a contribuir para a formação intelectual, resgatando valores perdidos em meio à “nova civilização” e trazendo novas perspectivas de aprendizado.

Utilizar recursos como a produção de vídeos e fotografias que apresentem um contraponto entre as ideias de Rousseau e a vida contemporânea, onde os alunos sejam desafiados a expor suas ideias sobre a vida das crianças e jovens nas cidades, verificando de que forma a autonomia proposta pelo autor é atual e pode ser redimensionada para essa nova realidade de vida, propiciando a vivência da liberdade, se constitui uma proposta.

Outra possibilidade seria estimular o aluno à leitura, fazendo uma previa seleção de textos de Rousseau que estejam em sintonia com a realidade do educando, para que ele se sinta atraído e possa entrar em contato com o pensamento do autor, estabelecendo críticas e criando argumentos que fundamentem suas posições pessoais, e, ao mesmo tempo, possa se envolver e se comprometer com a transformação da realidade se tornando responsável por suas ações.

Ainda sugerimos a criação de um canal virtual de comunicação permanente para postagem e leitura de reflexões filosóficas individuais, a fim de estabelecer maior interação entre os alunos e com o professor socializando desta forma o conhecimento e estimulando os alunos à reflexão crítica e à fundamentação de suas ideias a partir de conceitos trabalhados pelo filósofo, bem como levá-los a estabelecer contato com as diferentes formas de pensar, respeitando as posições divergentes, como formas diferentes de conceber uma mesma realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a obra de Rousseau, principalmente a sua proposta educacional, a primeira impressão que se tem é de que o pensador pretendia preservar o homem da sociedade, ou até mesmo, propor um ideal de formação contra a cidadania. Porém, o intento de Rousseau é demonstrar o seu amor pelo homem, perceptível no conjunto de sua obra. Ao ler seus escritos percebe-se que ele propõe a formação de um novo homem e uma nova sociedade, e, para que pudesse alcançar este objetivo elabora sua proposta educacional tendo como modelo a educação de Emílio.

Na obra *Emílio* o pensador esboça uma proposta de formação para o homem que o torne capaz de discernir os valores morais, dotado de uma vontade autônoma e de consciência racional e por consequência se torne um homem livre e feliz, e mais, vê na educação do homem, a possibilidade da criação de uma nova sociedade. Essa atitude ética não envolve rejeição da sociedade em si ou do exercício da cidadania, muito ao contrário, a grande questão de Rousseau era a reforma da sociedade e uma real participação do homem na vida social.

Sendo assim, sua proposta pedagógica está imbuída de uma educação moral e política, na qual não é possível fazer separação de ambas, de modo que ele mesmo diz que é preciso estudar o homem em relação com a sociedade e vice-versa. Fica evidente que a formação humana proposta por Rousseau é a base para o perfeito exercício da cidadania. O homem novo, exemplificado pelo personagem Emílio, poderá construir uma nova sociedade, melhor e mais feliz, fundada num pacto entre homens virtuosos formados na liberdade, dirigidos por uma razão autônoma e em consonância com a marcha da natureza.

A partir deste dado é possível ver que o pensamento de Rousseau convoca o homem para o engajamento social. Contudo, o engajamento social requer uma educação voltada para o sujeito, que no respeito às regras da natureza assimila a possibilidade de formação integral sendo capaz de ser responsável por sua própria vida e respeitador do pacto firmado para a convivência social.

O respeito à marcha da natureza não introduz preconceitos ou inculca princípios que possam causar danos à formação do educando. O respeito pelas fases da vida e do próprio processo formativo tem em vista não perder tempo e

deformar aquilo que a natureza oferece ao homem, ajudando-o a superar os conflitos entre aquilo que é da natureza e aquilo que é da sociedade. Dessa forma, o exercício dialético entre o homem natural e o homem civil, revela que a síntese deve se realizar dimensionando o homem para a sociedade e a sociedade para o homem.

Ao longo da formação de Emílio essas duas dimensões estão intrinsecamente ligadas, de modo que, a formação do homem e do cidadão não é senão o resultado da conscientização social e do amadurecimento do conceito de cidadania a partir da interiorização do educando.

Dada a relevância da relação do homem com a natureza, podemos perceber que antes da instituição da sociedade, o homem natural levava uma vida sem muitas necessidades e isto lhe proporcionava muita tranquilidade, já que não precisava empreender esforços para satisfazer suas necessidades, pois o ambiente natural era rico e abundante naquilo que o homem precisava para sobreviver.

Ao mesmo tempo, percebe-se que Emílio não é preparado para o isolamento, mas para viver entre os seus semelhantes sob os preceitos da benevolência mútua e do respeito às instituições que vierem livre e soberanamente a construir. Ou seja, o cidadão necessita de leis, de instituições, de governo, e, para que possa conduzir sua vida de forma autônoma necessita polir seu espírito, preparar-se cada vez mais para dar respostas aos desafios que o processo histórico promove. Nisso se constitui a formação integral do homem e do cidadão, uma educação que engloba, numa só tarefa, o moral e o político através de uma ampla ação de formação humana.

Sem dúvida alguma, a crítica de Rousseau à sociedade de sua época, pode ser transferida também à nossa sociedade atual que privilegia a técnica, a eficácia, sem reportar-se a formação humana na sua integralidade.

Rousseau via no desenvolvimento da razão humana, de forma autônoma, grande discordância que existia na vida social em relação à natureza íntima do ser humano. Sua postura revela seu grande apreço pela felicidade humana, ao verificar que o progresso, antes de aprimorar os costumes e a vida do homem, o torna infeliz, demonstra que o seu verdadeiro interesse era fazer com que a sociedade percebesse que a felicidade da espécie humana é viver a vida coerentemente com a própria essência.

Para evitar o colapso da moralidade humana, Rousseau leva o homem a confrontar-se consigo mesmo, demonstrando que ele é o agente responsável pela sua história. Pois, muitos dos males que atormentam a vida do homem surgiram com o advento da vida em sociedade. O estado de natureza é delineado por Rousseau como um momento em que o homem, como ser primitivo, vivia vagando pela terra, em número reduzido, com pouca ou nenhuma necessidade de relacionamento entre si. A natureza era a fonte de vida e os relacionamentos entre os homens eram íntegros e sem interesses. É nessa inocência primitiva que Rousseau enxerga a possibilidade de o homem recuperar a si mesmo, resgatando algumas das características do homem natural, entre elas a autonomia, que possibilita ao homem uma disposição de caráter que faz com que o ser humano possa levar uma vida coerente com o seu ser.

No *Emílio*, Rousseau apresenta um adolescente que aceita com confiança um contrato livre e recíproco de amizade com seu mestre, que pode ajudá-lo a descobrir a religião e as dificuldades da vida em sociedade e encontrar maneiras de como superá-las. Evidencia-se que o caminho para isso é a plena consciência de si, o comprometimento com o seu ser, a educação para a autonomia, pois agindo assim o ser humano é capaz de lutar contra as armadilhas que são impostas pela sociedade.

Portanto, a educação para a autonomia se apresenta como uma possibilidade de o ser humano viver livre, e que através do bom uso de sua liberdade possa também construir a sua felicidade.



## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Historia da filosofia**. 3ª ed. Lisboa-Presença, vol. VII, 1982.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CASSIRER, Ernest. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. Trad. Erlon José Paschoal e Jézio Gutierre, São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DENT, N. J. H. **Dicionário de Rousseau**. Trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

FORTES, Luiz R. Salinas. **Rousseau: O bom selvagem**. São Paulo: FTD, 1989.

REALE, G. **História da filosofia**. Vol. 2. São Paulo: Paulinas, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Cartas Escritas da Montanha**. Trad. Maria Constança ... *et al*, São Paulo: EDUC: UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. In. Coleção os Pensadores, trad. Lourdes Santos Machado. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

\_\_\_\_\_. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens – Discurso Sobre As Ciências e as Artes**. In. Coleção os Pensadores, trad. Lourdes Santos Machado, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997, volume II.

\_\_\_\_\_. **Emílio ou da Educação**. Trad. Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Emilio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Contrato Social**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Reinaldo dos. **Infância e Educação na Obra de Jean-Jacques Rousseau**. In: SARAT, Magda (Org.). Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil. 2. ed. rev. e amp. Maringá: Eduem, 2009.

SOËTARD, Michel. **Jean-Jacques Rousseau**. Trad. Verone Lane Rodrigues, Recife: Massangana, 2010.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**. Trad. Maria Lucia Machado, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.